

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

OLIVIA BORGES SALUSTIANO

**ENTRE PRESSÕES E DESAFIOS:
UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE SAÚDE MENTAL E
O TRABALHO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

São Carlos

2024

OLIVIA BORGES SALUSTIANO

**ENTRE PRESSÕES E DESAFIOS: INVESTIGAÇÃO SOBRE A
SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE SÃO
CARLOS-SP**

Monografia apresentada ao
Departamento de Sociologia da
Universidade Federal de São Carlos
como parte dos requisitos para a
obtenção do título de bacharel em
Ciências Sociais com ênfase em
Sociologia.

Orientadora: Prof. Dra. Aline Suelen
Pires.

São Carlos

2024

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha orientadora, Aline Suelen Pires, por ter me guiado desde o começo e pelo apoio e compreensão. Gostaria também de agradecer aos meus professores da graduação que também me apoiaram e incentivaram em momentos cruciais do processo: Fábio Sanchez, Jacqueline Sinhoretto, Jorge Vilella, Aline Iubel e Joelson Gonçalves.

Agradeço também à minha irmã, Ozita, pelo apoio e incentivo essenciais nesta jornada, sem os quais nada disso teria sido possível. Também sou grata aos meus pais, Graça e Roberto, pelo suporte que me possibilitou estar onde estou hoje, e à minha mãe de coração, Maria, pelo carinho, cuidado e por sempre ter olhado por mim. Agradeço também ao Sérgio, meu irmão e melhor amigo nos momentos em que mais precisei, e ao Thiago, meu primo e grande amigo.

Agradeço imensamente a todos os amigos que me apoiaram, incentivaram, ouviram minhas lamentações e tornaram esta jornada mais leve: Dhara, minha amiga de longa data que esteve presente em muitos momentos importantes; Kauanna, uma grande referência para mim e uma amiga valiosa com que o universo me presenteou; e aos meus amigos Mirella, Bruno, Mylane e Thamirys, que estiveram comigo ao longo de vários momentos importantes, e também ao Dudu, Natália, Júnior, Gustavinho e todos os outros amigos com os quais a cidade de São Carlos me presenteou.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os trabalhadores que cederam um pouco do seu tempo para possibilitar que esta pesquisa fosse viabilizada, pois sem eles ela não teria sido possível.

Meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O propósito desta pesquisa é examinar as condições subjetivas e de saúde mental dos docentes que atuam na rede de ensino básico da cidade de São Carlos, situada no interior paulista, e investigar de que maneira tais condições se vinculam às circunstâncias laborais e às vivências experimentadas no ambiente escolar. O interesse por este tópico emergiu a partir das observações empíricas da pesquisadora durante seu estágio na Prefeitura Municipal de São Carlos, em 2022, na área de Gestão de Pessoas, quando notou um significativo número de atestados médicos e licenças relacionadas a problemas de saúde mental, particularmente entre os trabalhadores da Secretaria Municipal de Educação. Além disso, em outras ocasiões, durante interações diretas com esses profissionais da educação, decorrentes de suas diversas atribuições no estágio, constatou-se novamente que suas queixas frequentemente abrangiam elevados níveis de estresse e sobrecarga emocional. A abordagem metodológica consistiu essencialmente em duas fases. A primeira fase envolveu a aplicação de um questionário online, com o intuito de mensurar o grau de estresse percebido no ambiente de trabalho pelos professores acerca de diversos aspectos. A segunda fase consistiu em entrevistas semiestruturadas, divididas em três partes: 1) perfil do entrevistado, 2) experiências profissionais e 3) vida pessoal e saúde, com perguntas elaboradas considerando os aspectos mais relevantes identificados no questionário. As entrevistas visavam um aprofundamento tanto nos aspectos da vida profissional quanto da vida pessoal dos participantes, analisando novamente a questão do estresse no trabalho, carga emocional e pressões percebidas, além de identificar possíveis problemas de saúde relacionados à prática profissional na visão dos entrevistados. Foi evidenciado que os professores da rede municipal de ensino básico de São Carlos-SP enfrentam diversos desafios nas suas condições de trabalho que afetam diretamente seu bem estar mental. Entre os principais obstáculos identificados estão o excesso de carga de trabalho, baixa remuneração, a desvalorização da profissão, má estrutura física do ambiente de trabalho e falta de recursos materiais.

Palavras-chave: trabalho docente; saúde mental; subjetividade; educação básica; professor

ABSTRACT

The purpose of this research is to examine the subjective and mental health conditions of teachers who work in the basic education system in the city of São Carlos, located in the interior of São Paulo, and to investigate how such conditions are linked to work circumstances and experiences of the school environment. The interest in this topic emerged from the researcher's empirical observations during her internship at the City Hall of São Carlos, in 2022, in the area of People Management, when she noticed a significant number of medical certificates and licenses related to mental health problems, particularly among workers at the Department of Education. Furthermore, on other occasions, during direct interactions with these education professionals, arising from their various internship assignments, it was again found that their complaints often included high levels of stress and emotional overload. The methodological approach essentially consisted of two phases. The first phase involved the application of an online questionnaire, with the aim of measuring the degree of stress perceived in the work environment by teachers regarding various aspects. The second phase consisted of semi-structured interviews, divided into three parts: 1) interviewee profile, 2) professional experiences and 3) personal life and health, with questions prepared considering the most relevant aspects identified in the questionnaire. The interviews aimed to explore both aspects of the participants' professional and personal lives, analyzing again the issue of stress at work, emotional burden and perceived pressures, in addition to identifying possible health problems related to professional practice in the interviewees' view. It was evidenced that teachers in the municipal basic education network in São Carlos-SP face several challenges in their working conditions that directly affect their mental well-being. Among the main obstacles identified are excessive workload, low payment, lack of valuation of the profession, poor physical structure of the work environment and lack of material resources.

Keywords: teaching work; mental health; subjectivity; basic education; teacher

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Percentual de participações no questionário de acordo com a modalidade de ensino	31
Figura 2 Quantidade de participações por década de início na carreira docente	32
Figura 3. Fatores apontados como mais estressantes de acordo com a média das respostas do questionário	33
Figura 4. Sala de convivência dos professores	39
Figura 5. Sala de convivência dos professores	39
Figura 6. Quadra de educação física	40
Figura 7 Parque recreativo utilizado nas aulas de educação física	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Informações relevantes sobre os entrevistados no presente estudo	34
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E TRABALHO DOCENTE	13
1.1 O MUNDO DO TRABALHO ONTEM E HOJE	13
1.2 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL	15
1.3 O TRABALHO PRECÁRIO NAS ESCOLAS	19
2 O CENÁRIO DAS UNIDADES DE ENSINO BÁSICO E INFANTIL DE SÃO CARLOS: UMA CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS DADOS COLETADOS	25
2.1 QUESTIONÁRIOS	25
2.2 ENTREVISTAS	28
2.3 TRABALHO DE CAMPO	33
3 TRABALHO DOCENTE: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E SUBJETIVIDADE	39
3.1 O ADOECIMENTO MENTAL DOS PROFESSORES	40
3.2 Os IMPACTOS DO TRABALHO NA VIDA PESSOAL DOS PROFESSORES	42
3.3 Os FATORES DE MAIOR ESTRESSE IDENTIFICADOS PELOS QUESTIONÁRIOS	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	57
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA	60

INTRODUÇÃO

A pesquisa delineada nesta monografia de conclusão de curso se insere em um contexto global de precarização do trabalho nas últimas décadas, conforme identificado pela Sociologia do Trabalho. Essa tendência, evidenciada por Druck (2013), é vista como parte de um processo histórico de mutação e adaptação contínua do capitalismo. O objetivo geral deste estudo é abordar as condições subjetivas e de saúde mental dos professores da rede municipal de educação básica da cidade de São Carlos, localizada no interior de São Paulo, e explorar como essas condições se relacionam com as condições de trabalho e as experiências vivenciadas na escola.

Este trabalho está dividido em três capítulos distintos: o primeiro, de natureza teórica, fornece a contextualização teórica da pesquisa; o segundo, descritivo, introduz os dados coletados pela pesquisadora; e, por fim, o terceiro capítulo é analítico, no qual os dados coletados serão analisados. Além de oferecer uma visão mais abrangente do tema, este estudo visa analisar como os professores percebem os impactos de seu trabalho sobre sua saúde, sua subjetividade e suas atividades cotidianas, dentro e fora da sala de aula. A inter-relação entre trabalho e saúde mental é um campo de estudo complexo e crucial, especialmente ao considerar profissionais que desempenham um papel fundamental na formação da sociedade, como os professores. No contexto específico da cidade de São Carlos, a dinâmica do ambiente educacional pode exercer uma influência significativa no bem-estar psicológico dos educadores.

Como apontamos, investigamos como essas dinâmicas se apresentam nas experiências de docentes da rede municipal de educação básica do município de São Carlos-SP, uma cidade de médio porte do interior paulista¹. Embora os temas englobados por esta pesquisa já tenham sido objeto de numerosos estudos nas mais diversas áreas, tais como na própria Sociologia, Psicologia, Educação, entre outras, e apesar da existência de pesquisas semelhantes no Brasil, poucas adotam a mesma abordagem ou o recorte específico da educação básica nessa região do Estado de São Paulo. Em relação à cidade de São Paulo-SP, existem pesquisas que se aproximam desta proposta, voltadas à educação básica, com destaque para o estudo de Minhoto, Vitorino e Bock (2021), como também na cidade de Belo Horizonte-MG a pesquisa de

¹ Conforme dados de levantamento populacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, São Carlos possui uma população estimada em 250 mil habitantes (IBGE, 2022).

Gasparini, Barreto e Assunção (2005). Assim, esta pesquisa se soma a um esforço coletivo de analisar as condições do trabalho docente no Brasil, a partir de mudanças e permanências.

O interesse no tema surgiu a partir de percepções empíricas da pesquisadora durante o estágio que realizou na Prefeitura Municipal de São Carlos, em 2022, na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas. Durante esse período, a pesquisadora trabalhou diretamente com o tratamento de dados relacionados a atestados médicos dos servidores municipais. Durante o período, foi observado um grande número de atestados médicos e afastamentos relacionados a questões de saúde mental, principalmente advindos dos servidores da Secretaria Municipal de Educação. Além disso, em outras oportunidades, quando esteve diretamente em contato com esses profissionais da educação, em função das suas atribuições diversas do estágio, novamente constatou que as queixas dos mesmos frequentemente incluíam alto nível de estresse e carga emocional.

É importante destacar que esses dados não foram mobilizados nesta pesquisa², no entanto, a partir dessas observações, surgiu a curiosidade sociológica de investigar de que maneira os quadros relatados pelos profissionais da educação se relacionavam com as suas atribuições profissionais e sua rotina de trabalho. Optou-se por limitar o recorte especificamente aos professores por acreditar que estão mais diretamente em contato com as diversas questões que permeiam o ambiente escolar. Além disso, a relevância social do tema também contribuiu para o interesse da pesquisadora, uma vez que a qualidade da educação pública no Brasil é um tema recorrente do debate público, e o adoecimento e afastamentos constantes dos profissionais da educação impacta diretamente na qualidade do serviço de educação e na qualidade de vida desses trabalhadores.

Para isso, foi traçada então a estratégia metodológica, que compreendeu, essencialmente, duas etapas. A primeira etapa envolveu a aplicação de um questionário on-line na plataforma Google Forms, contendo questões cujas respostas eram classificáveis em uma escala quantitativa de 0 a 10, a fim de aferir o nível de estresse percebido no trabalho pelos professores. O questionário foi enviado por e-mail às coordenações de todas as unidades de ensino municipal para serem encaminhados aos

² Aventou-se a possibilidade de utilizar esses dados, porém dificuldades em termos de acesso e autorização de uso levaram a outras estratégias metodológicas que, ademais, possibilitaram um aprofundamento qualitativo no tema.

professores, sendo a participação facultada àqueles que se interessaram em participar, não havendo qualquer tipo de seleção específica exceto ser destinado aos professores da rede municipal de ensino da cidade. Foram coletadas, no total, 52 participações.

As perguntas do questionário foram inspiradas na Escala de Estresse no Trabalho (EET), desenvolvida por Paschoal e Tamayo (2004), para validação do estresse ocupacional, embora tenham sido reduzidas e adaptadas ao contexto do trabalho docente. Além disso, a escolha pela classificação em nível de estresse de 0 (satisfatório) a 10 (estressante) foi inspirada na escala de Uwe Flick (2013) para avaliar o estresse causado por estudar. Ao final do questionário, os participantes foram convidados a participar da próxima etapa da pesquisa, que consistia em entrevistas presenciais ou online. Um campo foi disponibilizado, no questionário, para coleta do contato dos interessados, representando o principal meio de prospecção de participantes para as entrevistas.

A partir das respostas recebidas no questionário, foi desenvolvido o roteiro de entrevista semiestruturada, dividido em três seções: 1) perfil do entrevistado, 2) trajetórias de trabalho e 3) vida pessoal e saúde. As perguntas foram desenvolvidas considerando os aspectos mais estressantes observados na escala do questionário. As entrevistas tinham como objetivo explorar aspectos tanto da vida profissional quanto da vida pessoal dos entrevistados, avaliando, mais uma vez, a questão do estresse no ambiente de trabalho, carga emocional e pressão percebidas, como também identificar a existência de quadros de saúde que poderiam estar relacionados ao exercício profissional na percepção dos participantes.

A pesquisadora entrou em contato com os possíveis interessados pelos números de telefone fornecidos nos formulários, e as entrevistas foram marcadas, com a opção de realização tanto online como presencialmente. Todas as entrevistas foram realizadas online, através da plataforma Google Meet, com duração média de 1h30m. No total, foram realizadas sete entrevistas ao longo do ano de 2023, com seis professoras e um professor. As entrevistas foram gravadas pelo celular, com o consentimento dos entrevistados e posteriormente transcritas e analisadas.

Durante uma das entrevistas, surgiu a oportunidade de entrar em contato com a coordenação de uma unidade de ensino municipal a fim de negociar a realização de trabalho de campo para observação empírica do cotidiano de trabalho. O trabalho de campo foi autorizado e realizado no dia 11/05/2023 em uma Escola Municipal de Educação Básica do município, localizada no bairro Cidade Aracy. Esta etapa da

pesquisa não havia sido planejada inicialmente, porém foi de grande importância para que a pesquisadora pudesse compreender melhor como é o dia-a-dia de trabalho desses profissionais, os obstáculos que enfrentam no seu cotidiano e realizar uma observação completa das condições materiais de trabalho. Todas as observações foram relatadas em diário de campo pela pesquisadora, como também foram registradas algumas imagens da infraestrutura da escola com a câmera do celular. Na ocasião, também foram estabelecidos novos contatos de possíveis interessados em participar das entrevistas, que resultaram em duas novas participações.

1. TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E TRABALHO DOCENTE

1.1. O mundo do trabalho ontem e hoje

A compreensão dos processos de mutação e precarização no mundo do trabalho dos professores requer uma análise cuidadosa à luz das teorias e discussões da Sociologia do Trabalho. A dinâmica laboral está intrinsecamente ligada a esses fenômenos, influenciando não apenas as condições de emprego, mas também a experiência individual e coletiva dos profissionais da educação (INGERSOLL, 2003). A perspectiva da mutação do trabalho, conforme proposta por Castel (1995), destaca as transformações estruturais nas relações laborais nas últimas décadas. No contexto educacional, essas mutações podem ser observadas nas mudanças nos modelos de contratação, na crescente flexibilização das jornadas e nas exigências cada vez mais diversificadas impostas aos professores. A transição de uma estabilidade tradicional para formas mais flexíveis e fragmentadas de trabalho contribui para redefinir a natureza do emprego docente.

A análise da precarização, conforme abordada por Standing (2011), amplia nosso entendimento ao considerar não apenas a instabilidade contratual, mas também aspectos como a falta de segurança no emprego e a erosão das condições salariais. No universo dos professores, a precarização pode se manifestar na sobrecarga de responsabilidades, na escassez de recursos e na constante pressão para adaptação a novas demandas pedagógicas. A precariedade, portanto, não se restringe apenas aos aspectos contratuais, mas permeia as condições gerais de trabalho e as perspectivas profissionais.

Os processos de mutação e adaptação do capitalismo moderno orientaram uma tendência mundial generalizada no mundo do trabalho à precarização das suas condições, fundada principalmente no enfraquecimento, especialmente a partir da segunda metade do século XX, dos valores tradicionais que até então norteavam as relações sociais de produção, tais como confiança, compromisso e lealdade (SENNETT, 1998). David Harvey (1990) descreve como o capitalismo molda o espaço e o tempo de maneiras específicas. As mudanças na produção, como a globalização e as tecnologias

de comunicação, têm implicações diretas nas relações de trabalho, criando pressões para maior flexibilidade e mobilidade, muitas vezes à custa da estabilidade e segurança no emprego.

As transformações globais nas formas de produzir desde, pelo menos, os anos 1970 vêm promovendo a flexibilidade nas relações de trabalho, que se traduz em contratos de trabalho mais flexíveis, empregos temporários, terceirização e formas de trabalho não tradicionais. Também permite que as empresas desloquem partes de sua produção para locais onde os custos de mão de obra são mais baixos, resultando na perda de empregos em determinadas regiões, levando a impactos significativos nas comunidades locais. A desterritorialização também cria pressões sobre os trabalhadores para aceitarem condições menos favoráveis, devido à concorrência global. A busca por eficiência em uma escala global leva à precarização do emprego, com menos garantias de estabilidade e segurança no trabalho (HARVEY, 1990).

Além disso, a competição global cria pressões sobre as condições de trabalho, com empresas buscando reduzir custos para permanecerem competitivas, que se manifestam em salários estagnados, aumento da carga de trabalho, redução de benefícios e a imposição de padrões de trabalho menos favoráveis aos trabalhadores. As tecnologias de comunicação e automação também transformaram a natureza do trabalho. Muitas tarefas repetitivas e rotineiras passaram a ser automatizadas, afetando ocupações específicas, o que resulta em desafios de requalificação para os trabalhadores afetados e uma redistribuição desigual das oportunidades de emprego (HARVEY, 1990).

Ricardo Antunes (1995) aborda os impactos da reestruturação produtiva e as transformações no mundo do trabalho, destacando os processos de flexibilização e precarização e buscando compreender as dinâmicas do capitalismo contemporâneo e seus efeitos nas estruturas sociais, proporcionando uma base teórica para examinar os desafios enfrentados pelos trabalhadores na era da reestruturação produtiva. O autor discute a transição do capitalismo fordista para o capitalismo tardio, caracterizado por mudanças nas formas de organização da produção, com a flexibilização como uma característica central. As estratégias de reestruturação produtiva visam tornar as organizações mais ágeis e adaptáveis às mudanças nas condições de mercado, num contexto em que a flexibilização se manifesta de diversas formas, incluindo a flexibilização da jornada de trabalho, das relações contratuais e das práticas de gestão. O trabalho imaterial emerge como uma característica distintiva do capitalismo tardio, que envolve a produção de bens e serviços intangíveis, como conhecimento, informação

e relações sociais. Essa mudança redefine as formas de exploração e alienação no trabalho contemporâneo. A terceirização e a criação de novas formas contratuais, que surgem também como uma estratégia central na reestruturação produtiva, contribuem para a fragmentação das relações de trabalho, resultando em uma força de trabalho mais dispersa e precarizada.

Esse conjunto de processos e modificações nas relações de trabalho caracterizam uma ofensiva do capital contra os direitos trabalhistas conquistados historicamente, com as empresas buscando reduzir custos, cortar benefícios e flexibilizar as condições de trabalho, colocando os trabalhadores em uma posição de vulnerabilidade. A redução de custos operacionais se dá pela necessidade das empresas de buscar maior competitividade e lucratividade, que inclui a diminuição dos custos relacionados à força de trabalho, como salários e benefícios, visando reorganizar as relações de trabalho de maneira a tornar o processo produtivo mais eficiente e econômico para as empresas (ANTUNES, 1995).

As estratégias centrais de flexibilização envolvem a adoção de práticas que tornam o emprego mais flexível, como contratos temporários, trabalho em meio período, terceirização e outras formas de emprego “atípicas”, proporcionando às empresas maior liberdade para ajustar rapidamente sua força de trabalho às flutuações da demanda. A ofensiva do capital frequentemente se manifesta por meio da desregulamentação e de reformas trabalhistas, implicando na alteração das leis e regulamentos que protegem os direitos dos trabalhadores, facilitando a implementação de condições de trabalho menos favoráveis para os empregados. Além disso, busca também enfraquecer os sindicatos e as negociações coletivas, que historicamente foram instrumentos de defesa dos direitos dos trabalhadores. O desmonte dessas estruturas representa uma estratégia para diminuir a resistência organizada dos trabalhadores às mudanças nas condições de trabalho. A fragmentação da força de trabalho, resultado da terceirização e da criação de diversas formas contratuais, é outra característica da ofensiva do capital, que cria uma força de trabalho mais dividida e menos organizada, tornando os trabalhadores mais vulneráveis às condições impostas pelas empresas (ANTUNES, 1995).

1.2 A precarização do trabalho no Brasil

As práticas de gestão e organização do trabalho na contemporaneidade aparecem articuladas com a desestruturação do mercado de trabalho e as formas precárias de trabalho e emprego. No caso do Brasil, existem alguns indicadores específicos dessa desestruturação e precarização, como “o desemprego, a informalidade, a terceirização, as precárias condições e organização do trabalho e as formas de resistência” (DRUCK, 2013, p. 56), que, embora já presentes anteriormente, se intensificaram com a reestruturação do capitalismo.

Ricardo Antunes (1995) afirma que a precarização do trabalho no Brasil está relacionada a mudanças profundas na estrutura econômica e social do país, influenciadas pelo avanço do capitalismo globalizado. A estrutura econômica e industrial brasileira passou por mudanças significativas, com a transição de uma economia relativamente industrial para uma baseada em serviços e na expansão do setor financeiro, o que impactou as relações de trabalho. A flexibilização das leis trabalhistas surge como um fator central na precarização do emprego, com a diminuição dos direitos dos trabalhadores, como a flexibilização das jornadas, a fragilização dos sindicatos e a terceirização.

Além disso, as profundas desigualdades sociais e regionais no Brasil representam fatores que afetam a natureza do trabalho. A falta de acesso a oportunidades educacionais e empregos formais em determinadas regiões do país contribui para a precarização, especialmente entre a população mais vulnerável, assim como o crescimento do setor informal da economia brasileira, no qual muitos trabalhadores têm empregos não regulamentados, sem benefícios sociais e com pouca segurança. A informalidade é uma expressão clara da precarização. O resultado disso é a exclusão de trabalhadores em situações precárias do acesso a direitos básicos, como saúde, educação e previdência social, perpetuando ciclos de pobreza e limitando as oportunidades de ascensão social para esses trabalhadores. O crescimento do setor informal da economia, associado à precarização do trabalho, também provoca uma falta de regulamentação e fiscalização, resultando em condições de trabalho mais arriscadas e na ausência de proteções legais para os trabalhadores.

No Brasil, não se constituiu propriamente uma sociedade organizada a partir do trabalho assalariado (CARDOSO, 2010). Além disso, existe um constante excedente estrutural da mão de obra, presente desde o início desse processo, devido à vasta pobreza que existia no campo. Assim, além de ter prevalecido uma concorrência predatória no mercado de trabalho pelas vagas de melhor remuneração e qualificação, o

excedente estrutural de mão de obra gerou uma forte pressão sobre a taxa de salários e uma classe trabalhadora que não goza de proteção social. No Brasil, de acordo com Druck (2013), o fenômeno da precarização surge com características, modalidades e dimensões inéditos, e se revela:

pelas mudanças nas formas de organização/gestão do trabalho, na legislação trabalhista e social, no papel do Estado e suas políticas sociais, no novo comportamento dos sindicatos e nas novas formas de atuação de instituições públicas e de associações civis (Druck, 2013, p. 54).

Esse fenômeno se fundamenta na ideia da necessidade de adaptação aos novos tempos globais, da qual faz parte o processo global de precarização do trabalho próprio da lógica contemporânea do capital. O resultado disso é que a precarização deixa de ser exceção e se torna regra, atingindo de maneira permanente e indiscriminadamente todos os setores do emprego, inclusive os que haviam adquirido estabilidade graças às políticas de bem estar social.

As normas de segurança no trabalho no Brasil, especificamente aquelas relacionadas a doenças ocupacionais, são delineadas pela legislação trabalhista e regulamentadas principalmente pela Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7). A NR-7, voltada para o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), estabelece diretrizes essenciais para preservar a saúde e a integridade dos trabalhadores, concentrando-se na prevenção e no monitoramento da saúde ocupacional. As empresas brasileiras devem elaborar e implementar o PCMSO, um programa específico para cada estabelecimento, com o objetivo de promover e preservar a saúde dos colaboradores. Embora transtornos mentais representem a terceira principal causa de concessão de benefícios previdenciários por incapacidade no Brasil, conforme indicado por Silva-Junior e Fischer (2015), observa-se que a Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7) carece de especificidades no que concerne a estratégias direcionadas ao apoio psicossocial, que engloba práticas e iniciativas destinadas a promover o bem-estar mental e emocional dos trabalhadores. Fatores de risco psicossociais do trabalho (FRPT), como estresse, pressões patogênicas da carga de trabalho, dificuldades nas relações socioprofissionais, além de condições e organização inadequadas do trabalho, são variáveis conhecidas por impactar a saúde mental e física do trabalhador, conforme evidenciado por Serafim (2012) e documentado em uma publicação conjunta da

Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) (Silva-Junior; Fischer, 2015).

No caso dos servidores públicos, embora vivenciem uma situação de maior proteção em relação aos demais vínculos, as condições precárias de trabalho também se manifestam de diversas formas. Apesar da estabilidade no emprego garantida para o funcionalismo público, um dos maiores atrativos para o ingresso e a permanência no serviço público, o processo de precarização se dá por meio de contratos de trabalho cada vez mais flexíveis e temporários, ambientes de trabalho com recursos materiais limitados pela pressão em diminuir os custos da máquina pública, além da desvalorização e desqualificação do seu trabalho através do discurso depreciativo dirigido pelo senso comum a esses trabalhadores.

Uma das principais modalidades de contratos de trabalho flexíveis é a Admissões em Caráter Temporário (ACT), um regime contratual, sem vínculo com cargo ou emprego público, e que possui prazo determinado. Visando mitigar a escassez de mão de obra no âmbito público, Municípios, Estados e União adotam amplamente esta modalidade de contratação, especialmente para suprir as demandas cruciais de serviços como saúde e educação. Ademais, posterga-se a realização de concursos públicos, buscando efetivar uma economia nos custos operacionais da administração pública associados aos encargos trabalhistas (MACHADO, 2007). Ideias acerca da eficiência e da limitação do papel do governo, inspiradas por economistas liberais como Milton Friedman (1984), influenciaram a discussão sobre a gestão pública brasileira, levando a interpretações que sugerem a incorporação de princípios empresariais. A suposta superioridade da eficiência no setor privado em comparação ao setor público sugere a adoção, pelo governo, de práticas de gestão empresarial visando otimizar a utilização dos recursos públicos.

Por último, para além dos desafios materiais, o apreço pela valorização do privado em detrimento do público resulta em uma atitude desfavorável por parte da sociedade em relação a tudo que tem origem no Estado. Essa atitude se reflete especialmente nos servidores públicos, contribuindo para a construção de um estigma que associa a ineficiência e a obsolescência ao serviço público no imaginário popular. Tal percepção foi intensificada a partir da reforma administrativa implementada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995 (RIBEIRO; MANCEBO, 2013). Além disso, a estabilidade proporcionada pelo regime estatutário, em um contexto laboral caracterizado por empregos temporários, suscita uma desconfiança generalizada

quanto à eficiência laboral desses profissionais, o que, por sua vez, resulta na desvalorização e descrédito em relação a eles. A hostilidade constante direcionada aos servidores públicos tem um impacto significativo na construção da subjetividade dessa categoria, contribuindo para a criação de obstáculos adicionais no enfrentamento das adversidades presentes em seu cotidiano.

1.3. O trabalho precário nas escolas

A Sociologia, dentro das suas diversas linhas de pesquisa, aborda uma variedade de temas relacionados ao bem-estar dos professores, analisando as condições sociais, econômicas e institucionais que impactam sua qualidade de vida e satisfação no trabalho. No que concerne a Sociologia do Trabalho, iremos examinar questões relacionadas às formas de precarização do trabalho docente, condições de trabalho, remuneração, status profissional e autonomia, que são aspectos relevantes ao considerar o bem-estar dos professores no contexto de suas carreiras.

O trabalho docente é considerado uma atividade de alto nível de estresse, acarretando problemas de saúde física e mental, além de afetar o desempenho profissional do professor (Reis et al., 2006). Observa-se que, desde os primórdios, o papel do docente foi invisibilizado, sendo considerado por muitos como um sacerdócio e frequentemente relacionado à figura feminina. Essa profissão foi amplamente impactada pelas mudanças nas condições de trabalho dos últimos anos, com baixa remuneração e não reconhecimento do profissional de forma adequada, próprias de um cenário de desvalorização já consolidado (Noronha; Assunção; Oliveira, 2008). Mesmo que o problema seja amplo, as pesquisas e estudos referentes à saúde destes profissionais, a forma como se sentem e como são acometidos pela exaustão emocional no dia a dia ainda são limitadas (Reis et al., 2006). Muita dessa exaustão pode ser associada à precarização do trabalho docente, seja ela econômica, social ou política. Agora com ênfase na instabilidade, insegurança, concorrência e fragmentação dos trabalhos e trabalhadores, a exaustão manifesta-se de diferentes formas e em diferentes graus (Druck, 2013).

Richard Ingersoll (2003) conduziu extensas pesquisas sobre as condições de trabalho dos professores, incluindo questões como tamanho das turmas, infraestrutura escolar, suporte administrativo e autonomia profissional; a satisfação profissional e como ela está relacionada a diferentes aspectos do trabalho, como também sobre as

razões pelas quais os professores entram e saem da profissão, concluindo que estas decisões são influenciadas por uma série de fatores complexos (Ingersoll, 2001).

Através da sua investigação, Ingersoll (2003) observou que a falta de autonomia dos professores em relação ao desenvolvimento e implementação do currículo impacta negativamente a satisfação no trabalho, assim como turmas muito grandes de alunos sobrecarregam os professores, aumentando a carga de trabalho. Em contrapartida, um ambiente escolar que oferece suporte eficaz, comunicação aberta e recursos adequados contribui positivamente para a satisfação profissional. Além disso, o acesso a programas de treinamento e desenvolvimento contínuo também impacta positivamente a satisfação dos professores, assim como a disponibilidade de materiais de ensino e recursos físicos, que desempenham um papel importante nas condições de trabalho dos professores. Outros fatores, como relações interpessoais saudáveis e o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, também impactam positivamente a construção da subjetividade desses profissionais, ao passo que cargas de trabalho excessivas e níveis elevados de estresse contribuem para a insatisfação e, em última instância, para a decisão de deixar a profissão.

A obra de Ingersoll (2001) possui contribuições valiosas para o entendimento da questão da alta rotatividade de professores nos postos de trabalho. O autor identificou diversas razões de caráter subjetivo pelas quais os professores ingressam na atividade, como a influência de professores inspiradores durante a própria educação, o sentimento de amor pela profissão e pelo desejo de fazer a diferença na vida dos alunos, como também o ímpeto de promover a igualdade, fornecer oportunidades e contribuir para a sociedade através da educação. Em contrapartida, os motivos pelos quais os professores deixam a profissão são em grande maioria relacionados a questões práticas da profissão. A carga de trabalho intensa, incluindo longas horas de preparação de aulas, correção de trabalhos e atividades extracurriculares, assim como a remuneração insuficiente, que não condiz com o trabalho árduo e a responsabilidade associados à profissão e a falta de suporte, tanto emocional quanto prático, estão entre as principais razões para estes profissionais reconsiderarem a carreira. As condições de sala de aula são consideradas desafiadoras e fontes significativas de estresse para os professores, e frequentemente não estão alinhadas com as expectativas que estes profissionais, especialmente professores iniciantes, construíram acerca da prática docente, levando ao sentimento de desilusão que incentiva a busca de oportunidades alternativas que ofereçam condições de trabalho mais favoráveis.

Zaragoza (1999) cunha o termo “mal-estar docente” para se referir aos impactos causados à subjetividade dos professores por essas condições de trabalho, que, assim como identificado por Ingersoll (2001), se caracterizam pela insatisfação e sentimento de desilusão do professor com o trabalho. O autor o define como:

fenômeno social do mundo ocidental, que possui como agentes desencadeadores a desvalorização, concomitante às constantes exigências profissionais; a violência; a indisciplina, entre outros fatores que acabam por promover uma crise de identidade em que o professor passa a questionar sua escolha profissional e o próprio sentido da profissão (ZARAGOZA, 1999, p. 12).

A definição do termo vai ao encontro de pesquisas mais recentes sobre as condições do trabalho docente no Brasil, que demonstram que o trabalho dos professores brasileiros é caracterizado por falta de infraestrutura no ambiente de trabalho, alto nível de estresse emocional e desvalorização da profissão (SOUZA; LEITE, 2011).

Além dos aspectos já citados, a carreira docente envolve uma grande carga emocional, uma vez que os professores precisam lidar com a formação de seres humanos - suas emoções e expectativas - conflitos, problemas de disciplina, desempenho insuficiente dos alunos e outras dificuldades, que causam estresse e exaustão emocional. Kjetil Skaalvik e Sidsel Skaalvik (2017) examinaram aspectos como autoeficácia, estresse, satisfação profissional e identificaram diversos impactos na saúde mental e na subjetividade dos professores, principalmente relacionados ao estresse e ao bem-estar no contexto da atividade docente. O estresse excessivo e as condições desafiadoras de trabalho afetam negativamente a satisfação dos professores, influenciando sua motivação e envolvimento na profissão, além de dificultar a criação de conexões significativas com os alunos, afetando o aspecto emocional do ensino. Além disso, a crença dos professores em suas próprias habilidades e competências desempenha um papel crucial na saúde mental, contribuindo para o estresse e a ansiedade quando associada a sentimentos de ineficácia e inadequação, assim como a percepção de desvalorização profissional, resultante de pressões externas, críticas constantes ou falta de reconhecimento. Ademais, a saúde mental é influenciada pelo contexto organizacional em que trabalham, marcado pela falta de recursos, a pressão para cumprir prazos e a falta de autonomia no trabalho, que aumentam o estresse e a

insatisfação do trabalhador docente, associados também a um ambiente de tensão que utiliza inclusive do assédio moral como instrumento banalizado de gestão (DEJOURS, 2001).

Os efeitos do acúmulo de estresse e esgotamento emocional são identificados pelos autores Skaalvik e Skaalvik (2017) na prevalência do esgotamento profissional entre os professores, que é caracterizado por sentimentos de exaustão emocional, despersonalização e diminuição da realização pessoal, provocados pelo estresse constante no trabalho. O processo de despersonalização envolve desenvolver uma atitude negativa, cínica ou desumanizada em relação aos alunos, colegas ou à própria profissão como uma resposta adaptativa ao estresse provocado pela alta carga emocional relacionada a lidar com as necessidades emocionais dos alunos, enfrentar desafios no ambiente escolar e lidar com situações complexas. Por outro lado, o apoio à aprendizagem e ao crescimento profissional, por meio de oportunidades de aprendizagem que são percebidas como relevantes, práticas e aplicáveis ao contexto do ensino, pode ter implicações positivas para a saúde mental dos educadores. O desenvolvimento pessoal afeta positivamente a noção de autoeficácia, a crença dos professores em suas próprias habilidades, contribuindo para um maior nível de satisfação no trabalho.

Segundo Moreira e Rodrigues (2018), entre os anos de 1990 e 2001, o déficit de professores no Brasil chegava a 250 mil profissionais, principalmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, matérias estas que exigem maior dedicação e carga horária do docente. Pode-se destacar ainda que o salário do professor no Brasil é o menor quando comparado a outros locais da América Latina, mais um indicador dos motivos de exaustão profissional. Ainda, há problemas como desconforto no ambiente de trabalho, afinal é considerado por muitos como um local de muita tensão profissional, com inúmeras cobranças e relações competitivas entre os docentes, acarretando impactos negativos na saúde psicológica e física destes profissionais (Costa; Germano, 2007). Segundo Gasparini, Barreto e Assunção (2005), atualmente o papel do professor foi modificado, extrapolando o limite do ensino dos discentes, de maneira que este profissional é responsável também por garantir o contato entre a escola e a sociedade, participando ainda da gestão e do planejamento escolar.

No contexto brasileiro atual, Azevedo, Lopes e Lopes (2019) associam as causas e consequências da precarização do trabalho docente a políticas educacionais neoliberais e as demandas mercantis do sistema capitalista. A educação, ao se tornar

uma mercadoria, internaliza os valores do capitalismo e transforma as escolas em centros de formação para atender às demandas do sistema econômico. Além disso, a democratização do acesso ao ensino, embora tenha expandido a educação básica no Brasil, resultou em efeitos negativos, incluindo a intensificação do trabalho docente devido a más condições, baixos salários e aumento de tarefas. O trabalho do professor, inserido em um sistema capitalista, passa por um processo de pauperização e coisificação, tornando-se uma mercadoria. Silva, Gomes e Motta (2020) identificaram um processo de mercantilização e mercadorização da educação em curso no Brasil, como parte de um contexto mais amplo de empresariamento da educação. As novas estratégias de precarização se exprimem na criação de novos mecanismos de contratação, tais quais contratos de trabalho temporários e tendências de terceirização e pejetização desses contratos, que afetam a classe docente tal qual diversas categorias de trabalhadores atualmente. As administrações estaduais e municipais, sob o regime de rigor financeiro imposto pela crise econômica, recorrem à gestão privada em convênios com Organizações Sociais, numa tentativa de enxugar custos por meio da terceirização da contratação de professores e da privatização de unidades escolares (SILVA; GOMES; MOTTA, 2020).

Quanto ao adoecimento mental, um estudo conduzido por Moreira e Rodrigues (2018) na rede de educação pública da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, demonstrou que “50% dos professores esteve afastado do trabalho por transtornos mentais e comportamentais, segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), principalmente transtornos depressivos leves e graves” (MOREIRA; RODRIGUES, 2018, p. 01), evidenciando a prevalência dessas condições. No entanto, existe, por parte dos professores afastados, um receio em relação ao estigma associado às doenças mentais, que pode levar ao agravamento da doença, já que alguns professores adiam o afastamento para evitar julgamentos. Ao analisar a saúde ocupacional de professores, os autores identificaram um sistema gerador de patologias, especialmente transtornos mentais e comportamentais, amparado por uma gestão escolar inábil em lidar com procedimentos administrativos relacionados a doenças profissionais, dado que os diretores muitas vezes são professores sem experiência ou formação adequada para essa função. Por fim, os autores observaram uma relação complexa entre trabalho e saúde, na qual o ambiente profissional, dependendo das condições de trabalho, pode ser tanto uma fonte de doença quanto de saúde e bem-estar.

2. O CENÁRIO DAS UNIDADES DE ENSINO BÁSICO E INFANTIL DE SÃO CARLOS: UMA VISÃO GERAL SOBRE OS DADOS COLETADOS

Neste capítulo, serão apresentados os dados coletados nesta pesquisa. A pesquisa contou com três estratégias metodológicas: a coleta de dados quantitativos e qualitativos através da aplicação de um questionário, coleta de dados qualitativos realizada por meio de entrevistas e, de forma complementar, algumas observações empíricas coletadas em trabalho de campo. Todas as etapas da pesquisa foram realizadas no município de São Carlos-SP, com professores das unidades de ensino municipais de educação infantil e educação básica. Em relação ao cenário nacional da educação no Brasil, o objeto desta pesquisa está inserido em um contexto de alto nível de desenvolvimento e recursos, que pode ser constatado por dois indicadores principais: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no qual o estado de São Paulo ocupa a primeira posição no índice geral³, e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que repassou ao estado de São Paulo, em janeiro de 2016 (dado de classificação por estado mais recente), recursos financeiros nacionais da ordem de 3,5 bilhões - somados os recursos destinados ao estado e aos municípios - e, numericamente, o mais alto entre todos os estados do país, representando quase 25% de todo o repasse nacional do FUNDEB⁴.

2.1. Questionários

Os questionários, aplicados online e divulgados com a ajuda das diretorias das unidades de ensino por meio do e-mail institucional, contaram com 52 participações de professores da educação básica e infantil de 29 unidades de ensino da rede municipal das 60 existentes. O questionário contava com 19 perguntas sobre diversos aspectos do cotidiano do trabalho docente, selecionados com base nos indicadores observados na bibliografia prévia, como também um campo onde os professores indicaram seu tempo de docência. Os dados oferecidos pelo questionário não possuem relevância estatística

³

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em 17/02/2023.

⁴ Fonte: <https://www.fnnde.gov.br/index.php/component/k2/item/972-repasse-de-recursos-do-fundeb>. Acesso em 17/02/2023.

para a pesquisa, uma vez que a participação foi oferecida a um grande número de professores por meio dos e-mails institucionais das suas unidades de ensino e as respostas foram espontâneas. Portanto, não constituem uma amostra selecionada levando em consideração fatores como idade, localização, gênero, entre outros. No entanto, são muito relevantes para compor um quadro geral em relação aos professores em nossa pesquisa. Na Figura 1 e 2 é possível observar alguns dados referentes ao grupo que respondeu os questionários.

Modalidade de ensino

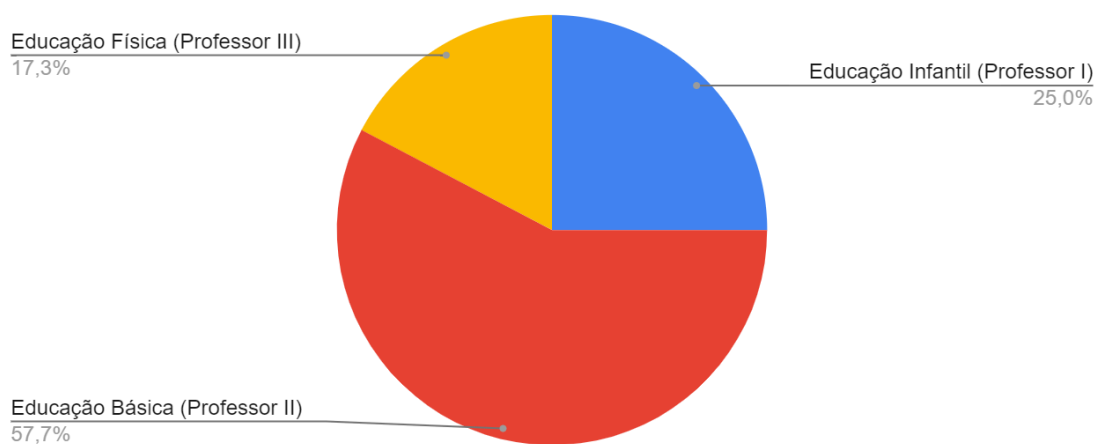


Figura 1. Percentual de participações no questionário de acordo com a modalidade de ensino

Fonte: Autoria própria

Ano de início na docência



Figura 2 Quantidade de participações por década de início na carreira docente

Fonte: Autoria própria

O principal objetivo do formulário foi exploratório, para estabelecer um primeiro canal de comunicação que possibilitasse alcançar os possíveis interlocutores de pesquisa para a etapa das entrevistas. Nesse sentido, foi bastante satisfatório, visto que 20 dos participantes expressaram interesse na entrevista, apesar de nem todas as prospecções terem se convertido em entrevistas.

Outro objetivo cumprido pelo formulário foi o de mapear as questões mais relevantes considerando os objetivos desta pesquisa, a partir da experiência dos próprios professores, para posteriormente traçar as perguntas e temas a serem explorados nas entrevistas. Isso se deu através da análise das respostas recebidas, por meio de uma média simples de todas as respostas de cada questão, de maneira que foram identificadas as questões com maior média entre todas, ou seja, os fatores que apareceram como mais causadores de estresse. Na Figura 3 está disposto o gráfico com as 5 questões com maior média, os quais foram considerados centrais para a formulação do roteiro de entrevista semiestruturada.

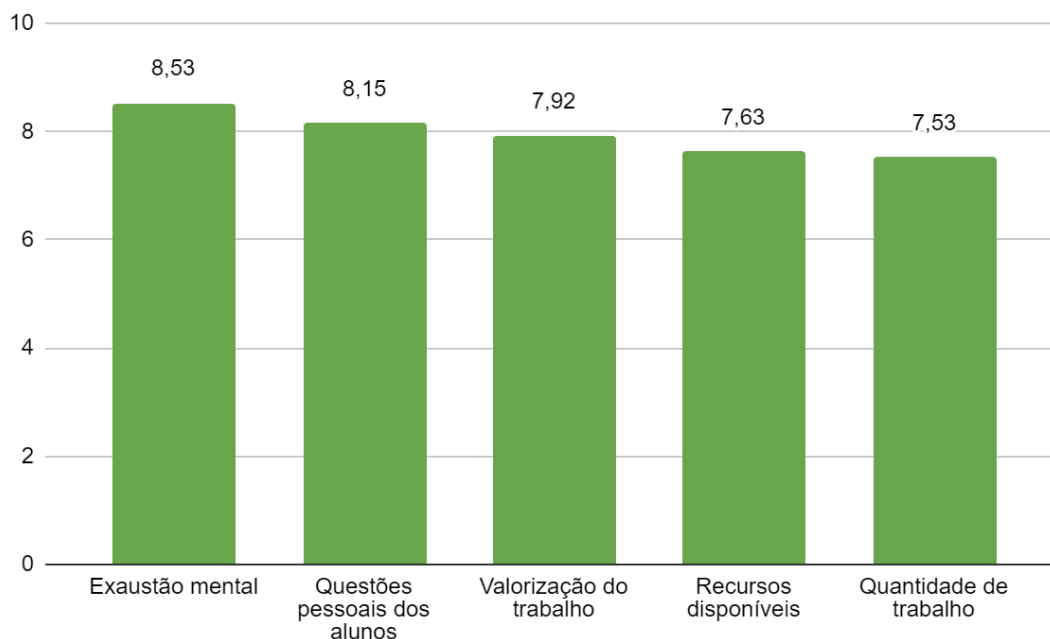


Figura 3. Fatores apontados como mais estressantes de acordo com a média das respostas do questionário

Fonte: Autoria própria

2.2. Entrevistas

Ao todo, foram realizadas sete entrevistas no período compreendido entre maio e agosto de 2023. Destas, cinco dos entrevistados eram professores do Ensino Fundamental I (1º a 5º anos) e dois eram professores de Educação Infantil (0 a 6 anos), como demonstrado na tabela abaixo, onde estão identificados com nomes fictícios. Os dados estão dispostos no Quadro 1. De todos os dados coletados, foram selecionados quatro aspectos principais a serem abordados neste trabalho: o motivo para ter se escolhido a docência como carreira profissional, os principais aspectos negativos observados no trabalho, o reconhecimento percebido e o nível de realização profissional dos entrevistados. Estas temáticas foram selecionadas com base na bibliografia abordada, assim como nos indicadores considerados mais estressantes no questionário aplicado anteriormente.

Quadro 1. Informações relevantes sobre os entrevistados no presente estudo

Nome	Idade	Sexo	Tempo no cargo	Escolaridade	Tipo de professor
Vitória	27	F	8 meses	Superior (PGA)	Educação Física
Eliane	33	F	11 anos	Superior (PG)	Educação Infantil
Carolina	42	F	19 anos	Doutorado em andamento	Educação Fundamental I
Gisele	30	F	7 anos	Superior (PG)	Educação Infantil
Fernanda	43	F	14 anos	Superior (PG)	Educação Fundamental I
Natália	40	F	17 anos	Doutorado em andamento	Educação Fundamental I
Alan	46	M	12 anos	Superior (PG)	Educação Fundamental I

F: feminino; M: masculino; PG: Pós-graduação lato sensu concluída; PGA: Pós-graduação lato sensu em andamento;

Quanto aos motivos para escolha da carreira na docência, observou-se que a maioria dos entrevistados relatou que esta não era sua opção profissional inicial. Alguns relataram também terem escolhido o curso superior de Pedagogia por terem concluído o magistério durante o ensino médio técnico, tendo decidido dar continuidade à formação, principalmente depois da reforma de 1996 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em que o curso superior em Pedagogia passou a ser exigido para exercer a profissão, como relata Carolina:

Na verdade, eu não escolhi. Foi o que eu consegui passar mesmo, sabe? [...] Quando eu terminei o ensino médio, eu queria fazer matemática e aí eu prestei e não passei aqui na Federal [UFSCar], né? Prestei pedagogia também num ano seguinte e também não passei. [...]

E aí eu não tinha muita escolha, assim, porque eu fiz o magistério no ensino médio. (Carolina)

Assim como Carolina, Gisele relata ter optado por outra formação inicialmente:

Eu queria algo relacionado a Biomedicina, alguma coisa assim. E aí eu prestei o vestibular porque eu vi que era um curso que era de tarde o curso. Eu não queria um curso à noite, eu queria estudar tarde ou de manhã. E eu vi que o curso era tarde, eu nem sabia para que que era a pedagogia, eu não tinha nem ideia. Então eu falei, vou prestar. Aí eu prestei e passei na UNESP e falei, vou fazer, vamos ver se eu vou gostar ou não. (Gisele)

Por outro lado, Natália afirma que quis ser professora desde a infância, por influência da sua professora de primeira série, com quem ainda mantém contato até os dias atuais.

Os aspectos negativos da profissão percebidos pelos entrevistados estão relacionados, majoritariamente, à falta de recursos materiais e de estrutura física do ambiente de trabalho. Os entrevistados relataram falta de material básico das unidades de ensino, como papel higiênico ou luvas (no caso dos professores de educação infantil que diariamente precisam realizar a higiene dos alunos), como também a falta de material didático, sendo necessário adquiri-lo com os próprios recursos em algumas ocasiões, pois o material, quando chega, frequentemente não corresponde ao que foi solicitado ou demora muito para ser entregue. Além disso, outro aspecto negativo da profissão que foi mencionado é a falta de reconhecimento:

Os negativos, não é tudo maravilha, é a falta de reconhecimento. Que a gente não tem. Não só do governo. Não só do governo, da própria população. Da sociedade como um todo, né? Porque na pandemia nós sofremos muito isso. Eu trabalhei na pandemia, não fiquei em casa dormindo. Eu fazia vídeo e mandava. “Os professores são vagabundos”, não somos vagabundos. Nós usamos o nosso material para dar aula. (Natália)

Vitória, que é professora de educação física, considera a sua área de ensino especialmente desvalorizada:

A educação física ainda é vista como algo que não é fundamental. Então, meio que tudo bem se o professor falta ou tudo bem se eles

ficam sem aula ou se o professor fica mexendo com o celular e não dá aula, porque, sabe, é só um tempo para eles gastarem energia para voltar para a sala. Então, muitas vezes o trabalho que eu quero desenvolver acaba sendo visto um pouco com maus olhos. (Vitória)

Ademais, emergiram questões como a excessiva carga emocional, especialmente na relação com os alunos, dificuldades na relação com a administração escolar, falta de suporte para crianças com necessidades especiais, desorganização na gestão e excesso de pressão, além da dificuldade em conciliar trabalho e vida pessoal, que foi relatada pela maioria dos entrevistados.

A questão do reconhecimento percebida pelos professores entrevistados é especialmente crítica. De maneira geral, eles avaliam o reconhecimento pessoal do seu trabalho através do retorno que recebem por parte dos alunos, e, em alguns casos, dos pais. Alguns professores também mencionaram sentir que o seu trabalho é reconhecido pelos colegas de profissão. Porém, de maneira geral, a falta de reconhecimento é frequentemente um fator que gera sofrimento para a maioria dos profissionais. Eliane, que é professora de educação infantil, se sente especialmente desvalorizada através da ideia de senso comum de que seu trabalho consiste simplesmente em cuidar e brincar com as crianças, pelo fato de se tratarem de crianças muito pequenas (0 a 6 anos de idade). Nesse sentido, avalia sua ocupação como um subemprego. Ela afirma se sentir desvalorizada tanto pelos pais dos alunos, quanto pela direção escolar e pela sociedade como um todo, porém se sente reconhecida pelos colegas de trabalho quanto aos projetos que desenvolve com os alunos. Em contrapartida, Gisele, que também trabalha com a educação infantil, sente que os pais dos seus alunos, assim como a direção escolar, reconhecem a importância do seu trabalho:

Quando um pai ou uma mãe fala, eu sinto que sim [é reconhecida]. Hoje mesmo, a mãe falou assim: “ai, professora, muito obrigada pela dedicação de vocês, que é o meu tesouro que está aqui, entendeu?”. Então, nesse sentido, eu sinto o reconhecimento, eu sinto que os pais veem que a gente está se esforçando, ali é um trabalho mesmo, né? Então eu sinto nesse sentido, quando os pais falam, ou quando às vezes chega um diretor... O diretor chegou pra mim, elogiou o trabalho [...] então isso você vê assim que você não tá fazendo nada à toa. [...] Tem um sentido. Então é legal quando a direção chega e reconhece a organização. Às vezes é o seu próprio colega de trabalho, elogia o trabalho que você fez. Então isso sim. Eu sinto que nesse sentido sim. (Gisele)

Quanto ao reconhecimento material, é consenso entre os entrevistados que o salário pago aos professores da rede municipal não condiz com a carga de trabalho nem com as atribuições da atividade. Este é um fator de grande descontentamento para a maioria dos professores entrevistados, pois sua atividade exige que uma grande carga de trabalho seja executada fora do horário de expediente, o que gera sobrecarga e afeta a vida pessoal dos profissionais, como relata Carolina quando questionada se sente seu trabalho reconhecido:

Por salário... Acho que não. Porque, se eu fosse pensar assim, o tanto de tempo que eu trabalho, que eu me dedico para o meu trabalho, e que o meu trabalho não fica só dentro do horário que eu estou na escola, que o trabalho se estende para a minha casa, e uma boa parte da minha casa que você não está vendo é o meu trabalho também, a minha bagunça aqui do lado. Mas é o... Se for nesse sentido salarial, eu penso que não existe o reconhecimento, então eu poderia dizer, não, eu não sou valorizada o suficiente, então não me realizo nesse sentido. (Carolina)

A questão da remuneração, considerada baixa, implica que grande parte dos professores precisem trabalhar em dois turnos de meio período, como já foi a realidade de Carolina, que, no passado, acumulava dois cargos de meio período no ensino municipal, e ainda é a de Natália, que atualmente também possui dois cargos de seis horas diárias na rede municipal, e a de Fernanda, que concilia o cargo na prefeitura com um cargo na rede estadual de ensino. Outros, como Alan e Vitória, além do emprego como professores, trabalham como autônomos no contraturno.

Em contrapartida, apesar das diversas dificuldades e problemas relatados pelos entrevistados, quando questionados sobre se sentem realizados profissionalmente, a resposta positiva foi quase unânime. Via de regra, a realização profissional tem origem principalmente na relação com os alunos e no retorno afetivo que recebem deles, porém a estabilidade e segurança material também foram citadas como fatores de satisfação. Ao ser questionada, Natália narrou um episódio em especial que lhe trouxe grande satisfação no trabalho, quando realizou novamente com uma de suas turmas um projeto em que os alunos escreveram e ilustraram um livro de histórias, contando com financiamento externo. Foi realizada uma pequena cerimônia para entrega dos livros, na qual os alunos se emocionaram ao os receberem e darem autógrafos para as famílias, o que também deixou a professora emocionada. Ela afirma que esse foi um dos momentos na sua carreira em que ela sentiu que seu trabalho tem valor.

Sobre a questão da realização profissional, Fernanda afirma:

Eu me considero realizada [...] Porque eu gosto do que eu faço no meu trabalho, né? Apesar de ser cansativo, de ser exaustivo e de muitas vezes a gente passar muito nervoso. Eu gosto de ser professora, gosto de entrar em sala, de fazer as atividades com os alunos, né? [...] Mas eu me sinto realizada porque eu gosto. (Fernanda)

Carolina, que assim como Natália, é aluna de doutorado na área de Educação, declara que é devido ao sentimento de realização e ao sentido que ela enxerga no seu trabalho que ela se sente motivada a continuar estudando na área e buscando se aperfeiçoar no seu trabalho. Por outro lado, Eliane afirmou que, após o tempo que ficou afastada da sala de aula devido à pandemia do COVID-19, houve um esvaziamento da sensação de realização profissional e de bem-estar no ambiente de trabalho, considerando-o atualmente desgastante e pesado:

Antes, eu me sentia muito realizada. Ponto. Hoje eu não me sinto mais, eu sinto uma carga muito grande de todos os lados e eu não... Me sufoco, assim. Eu não tenho mais o prazer que eu tinha antes de ir trabalhar [...] eu gostava do que eu fazia, eu me sentia leve, eu gostava de estar no ambiente, hoje eu não gosto, é pesado. (Eliane)

Ao analisar os relatos como um todo, é possível atestar que a realização sentida pela maioria dos professores raramente está relacionada aos aspectos práticos do trabalho, mas sim com questões subjetivas e de caráter pessoal, como o gosto pelo ensino, a oportunidade de contribuir para o futuro profissional dos seus alunos e de proporcionar suporte emocional a eles.

2.3. Trabalho de campo

A observação empírica desta pesquisa foi realizada no dia 11/05/2023, para acompanhar o turno de trabalho da tarde numa unidade de ensino básico da cidade de São Carlos, localizada no bairro Cidade Aracy, uma comunidade periférica. Os professores dessa unidade escolar relataram reiteradamente que os seus alunos, provenientes da comunidade, comumente são oriundos de famílias que enfrentam dificuldades materiais, e alguns deles lidam precocemente com questões familiares

relacionadas a dependência química, envolvimento com o crime organizado, prisão ou assassinato de seus familiares.

O trabalho de campo iniciou-se às 13h, horário em que os alunos do turno da tarde chegam para as aulas. A sala de convivência dos professores da escola (Figuras 4 e 5) conta com apenas um bloco de banheiros e é a única oferecida aos cerca de 60 professores dessa unidade escolar.



Figura 4. Sala de convivência dos professores

Fonte: Autoria própria.



Figura 5. Sala de convivência dos professores

Fonte: Autoria própria

A sala fica em frente à sala da direção, aparenta bom estado, possui uma geladeira, copa com microondas, uma mesa com sete lugares, apesar de existirem cerca de 30 professores em cada turno de trabalho, banheiros femininos e masculinos e é bem iluminada. Duas professoras conversavam, e uma delas comentou sobre fazer uso de remédios psiquiátricos ao ouvir sobre o tema da presente pesquisa.

A pesquisadora teve a oportunidade de acompanhar duas aulas de educação física, na área externa da unidade escolar. A professora de educação física Vitória relatou que existe uma infestação de pombos na quadra da escola, que, apesar de coberta, é aberta à entrada deles, o que gera diversos transtornos, como fezes dos animais e risco de transmissão de doenças. A quadra (Figura 6) se encontrava em mau estado de conservação, com a pintura do chão descascada, fezes de pombo e sujeira espalhados e danos à estrutura em geral.



Figura 6. Quadra de educação física

Fonte: Autoria própria

Vitória relatou que os problemas infraestruturais interferem no dia-a-dia de trabalho, tendo recentemente ocorrido um episódio em que um aluno encontrou, durante a aula, um escorpião em uma sala de aulas de lutas. A sala, inclusive, encontrava-se abandonada e desativada quando a professora, que atuava há apenas oito meses nesta unidade, foi contratada, mas foi reativada com a ajuda de outros professores. No entanto, agora esta sala de aula encontrava-se inutilizada novamente devido às reformas ordenadas pela Secretaria de Educação na escola. Além disso, por falta de mais espaços adequados, ela precisa dividir a quadra de esportes com o outro professor de educação física que leciona simultaneamente à sua aula, de maneira que ela só pode utilizar metade da quadra para desenvolver suas atividades. Afirmou também que, às vezes, alguns materiais que são solicitados à direção para as aulas demoram meses até serem recebidos e que esses problemas organizacionais acabam atrapalhando seu cronograma de aulas e a execução adequada do planejamento didático do bimestre.

Durante a aula, os alunos (de cerca de 10 anos de idade) gritavam muito e o tempo inteiro, o que obrigava a professora a elevar o tom de voz também para que fosse ouvida. Apesar disso, os alunos frequentemente dispersavam sua atenção da atividade que estava sendo realizada, tendo ocorrido inclusive alguns conflitos entre alunos que precisaram ser apaziguados pela professora, que relatou ter muita dificuldade em discipliná-los. Ela contou que, alguns dias antes dessa visita, durante sua aula, aconteceu uma briga entre dois alunos que trocaram socos entre si, a qual ela também precisou apaziguar, e, em outro episódio, um aluno sofreu um acidente potencialmente grave no parquinho da escola (Figura 7).



Figura 7 Parque recreativo utilizado nas aulas de educação física

Fonte: Autoria própria

A atividade proposta no dia envolvia dividir os alunos em dois times, que seriam identificados por coletes de cores diferentes. No entanto, os coletes estavam em uma sala que estava sendo reformada e não poderia ser acessada, fato que a direção não comunicou à professora, que precisou substituir o material por uma pintura facial improvisada, fato que ela afirmou ser recorrente na unidade. A professora contou que

esse é um dos aspectos que considera estressante em seu trabalho: a dificuldade de relacionamento, tanto com a direção da escola, que está onerada pela ausência de diretora e coordenadora pedagógica (ambas vagas estão ociosas), contando apenas com a vice-diretora para exercer as 3 funções, como com os próprios colegas de trabalho, que, muitas vezes, adotam posturas intransigentes ou autoritárias.

Vitória ainda relatou que desenvolveu uma úlcera estomacal e outros problemas gastrointestinais oriundos do alto nível de estresse com que lida diariamente, mesmo trabalhando na escola há pouco tempo (desde outubro/2022), e que, recentemente, precisou se afastar do trabalho para tratamento. Disse que mesmo com mal estar e sentindo dor, evitou ao máximo se afastar, mas que a situação chegou a um ponto em que foi impossível continuar trabalhando. Com o tratamento, já estava se sentindo melhor. Vitória é recém-formada na UFSCar, tendo se graduado há menos de 5 anos, e este foi seu primeiro emprego como professora, além dos estágios durante o curso. Ela contou que, desde a graduação, se interessou por ensino infantil, mas que, no exercício da função, sentiu um choque de realidade com o que aprendeu durante a graduação e que tem muita dificuldade em colocar em prática os princípios pedagógicos que aprendeu, como quando precisa gritar com os alunos para fazer-se ouvir.

A dificuldade em disciplinar os alunos e exercer autoridade sobre eles também foi mencionada pelo professor Alan como principal fonte de estresse no seu trabalho, sendo necessário apaziguar conflitos entre eles, como brigas, agressões físicas e crises de choro. Durante sua aula, foi possível observar que novamente os alunos se dispersavam facilmente das atividades propostas, o que o obrigava a adotar uma postura rígida e repreendê-los constantemente. Outro ponto mencionado pelos professores foi o grande número de alunos com deficiência nesta escola, que Alan estima serem cerca de dois por turma de 30 alunos. Vitória contou que, até recentemente, não existiam profissionais especializados para lidar com as necessidades desses alunos, o que sobrecarregava os professores, mas que havia cerca de dois meses que a APAE – Associação Pais Amigos Excepcionais – cedeu educadoras para a escola, que agora auxiliam com tarefas como levar os alunos ao banheiro, porém não dão acompanhamento em sala de aula.

Além disso, outras estruturas se encontravam sucateadas, como os banheiros da quadra. O refeitório não possui capacidade suficiente para comportar todos os alunos durante a merenda, que precisam comer e desocupar os lugares rapidamente. Existe também um problema quanta à falta de segurança, devido à existência de um terreno

baldio ao lado da escola, como também um muro em mau estado de conservação, que Vitória mencionou já ter sido escalado por adolescentes desconhecidos anteriormente, que foram expulsos por um dos professores. Falta também um ambiente onde os alunos possam ser alocados para aguardar que os pais os busquem após as aulas, que acaba sendo improvisado na quadra de esportes. No entanto, isso gera problemas à unidade escolar, pois frequentemente acontece de os alunos levarem para casa materiais de educação física que encontram na quadra.

3. TRABALHO DOCENTE: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E SUBJETIVIDADE

Os obstáculos enfrentados pelos professores relacionam-se, frequentemente, a problemas de saúde, de maneira que estudos indicam que a sobrecarga emocional, proveniente das altas demandas de trabalho no âmbito escolar, tem sido um grande impasse para estes profissionais (NORONHA; ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2008). Além disso, esses fatores levam o docente a questionar sua escolha profissional e o sentido da sua profissão, tornando a docência um ofício estressante e que exige muito esforço físico e mental (WANZINACK; DOS SANTOS, 2017). A relação entre saúde e trabalho vem sendo estudada desde a proposta realizada pela Psicodinâmica do Trabalho, a partir de uma análise acerca desta relação saúde-trabalho em grupos de trabalhadores. No entanto, as definições de conduta e medidas a serem tomadas são imprecisas, uma vez que é complexo realizar um acompanhamento psíquico entre esses profissionais e demanda mão de obra especializada, que não é a realidade da maioria dos ambientes de trabalho (MOREIRA; RODRIGUES, 2018). Neste capítulo, iremos investigar como a realidade do trabalho dos professores de São Carlos se relaciona com as pesquisas e resultados documentados na bibliografia prévia. Para isso, serão abordados os principais indicadores identificados nos questionários, como também os impactos do trabalho na saúde mental e na subjetividade e vida pessoal dos entrevistados.

3.1. O adoecimento mental dos professores

Dados expostos por Gasparini, Barreto e Assunção (2005) demonstram que cerca de 16.556 servidores educacionais foram atendidos em unidades de saúde entre os anos de 2001 e 2002, sendo que 92% destes foram afastados a partir das perícias médicas realizadas. Dentre estes afastamentos, os transtornos psíquicos são os que mais se destacam, com 15% dos casos, seguidos por problemas respiratórios com 12% e doenças ligadas a músculos, ossos e sistema nervoso com 11%. Dentre os professores entrevistados nesta pesquisa, houve relatos de transtornos psíquicos e doenças físicas que os entrevistados acreditam estarem relacionados com trabalho, como no caso da professora Vitória mencionado anteriormente, que precisou se afastar do trabalho para tratar de uma úlcera estomacal causada por estresse. Quando questionada se já precisou se afastar do trabalho por questões de saúde, Eliane também relata:

No começo, eu ficava muito doente. Logo que eu entrei na prefeitura, meu Deus, a cada mês era uma virose louca. Os últimos tempos, que nem o ano passado eu voltei a ficar muito doente, que era uma coisa que eu já não ficava mais, eu já não me afastava, mas aí eu acho que junta essa questão do cansaço, do esgotamento físico e mental que tudo deixa. Então eu peguei Covid, eu peguei dengue, eu tive mais dois afastamentos e um deles por esgotamento mental mesmo. Eu fui no psiquiatra porque eu já não estava mais dando. (Eliane)

Apesar de não ser possível estabelecer uma relação de causa e efeito entre os problemas do ambiente escolar e a saúde do docente, são elementos fortemente correlacionados, levando em consideração a situação precária da educação brasileira (Gasparini; Barreto; Assunção, 2005). É necessário ainda levar em consideração outras questões de vulnerabilidade social, violência urbana e desigualdade social, realidades vivenciadas por inúmeros profissionais, de maneira que sentimentos como angústia, medo, incerteza e insegurança permeiam o cotidiano destes docentes e interferem no desempenho dos professores (Gomes; Nunes; Pádua, 2019). De acordo com a pesquisa de Moreira e Rodrigues (2018), de um total de 313 servidores afastados em 2014 na cidade de Porto Alegre/RS, 55% eram docentes e 92% mulheres, todos acometidos pelas seguintes doenças: neoplasias; lesões; e/ou transtornos mentais, este último acometendo cerca de 50% dos professores afastados. Muitos docentes se queixam de cansaço mental, varizes nas pernas, rouquidão, hipertensão e dores nos membros

inferiores, além de sofrerem com tensão, tristeza, problemas para dormir e redução de energia, sintomas que podem ser associados ao grande volume de trabalho desempenhado (Braga, 2015).

É possível verificar ainda que aspectos acerca da exposição a condições desfavoráveis de trabalho como má iluminação, poeira, ruídos e alterações de voz por longos períodos contribuem para o desenvolvimento de patologias e transtornos, e, por consequência, alavancam o número de afastamentos e a insatisfação profissional perante o cargo exercido (Gomes; Nunes; Pádua, 2019). No caso de uma das unidades de ensino de São Carlos, a professora Eliane relata:

Como que a gente vai questionar qualquer coisa se você não tem uma porta que abre e fecha na sua sala? Não tem. [...] Não tem uma janela que abre e fecha... a gente não tem o mínimo. [...] A minha sala chove dentro da sala de aula. E assim, não é que cai uma gotinha, ela chove. (Eliane)

Por diversas vezes, o sofrimento pode se manifestar na forma de crises de ansiedade, insegurança, indignação perante ao ambiente de trabalho e pelas situações vivenciadas (Braga, 2015). Este fato pode ser relacionado também à grande pressão à qual o professor é submetido, visto que os alunos, frequentemente, passam mais tempo na escola do que com a própria família, de maneira que o docente acaba por assumir também o papel de educador, o que aumenta a carga psíquica do docente, sendo necessário um cuidado com a relação saúde-trabalho para que estes casos não se agravem (Do Vale; Aguilera, 2016).

Nota-se, portanto, uma grande quantidade de evidências de problemas vivenciados no âmbito educacional, sendo que muitos professores relatam que o afastamento de outros colegas também contribui para o esgotamento físico e emocional dos que continuam trabalhando. Assim, faltam professores de “reposição”, e os já atuantes precisam se adaptar para auxiliar no cumprimento da carga horária dos afastados. Vale destacar que muitas gestões e supervisores, por não estarem no dia a dia dos docentes, enxergam as doenças psíquicas ou problemas ocasionados no local de trabalho precário como má vontade ou indiferença, e por isso ignoram a questão, o que também contribui para o agravamento da situação já delicada desses profissionais (Moreira, Rodrigues, 2018). É possível verificar no relato de Carolina, ao ser

questionada sobre a suspeita de já ter enfrentado crises depressivas, como os professores sentem essa pressão:

Na verdade, eu não fui atrás, sabe? Mas, pensando agora, mesmo não tendo diagnóstico, pelo tanto que eu chorava pra ir pra escola. Eu estava numa crise depressiva, né? Eu tinha, assim, indícios de depressão, mas eu não tive essa tentativa de procurar um especialista, né?

[...]

Eu também não queria muito reconhecer, né? [...] Eu já estava sendo questionada muito no trabalho, já estava sendo... Eu estava sofrendo várias violências, não era só em relação à competência, mas... Eu me sentia incompetente. Mesmo tendo certeza de que muitas daquelas situações não tinham a ver com competência no trabalho. (Carolina)

Para Dejours (2001), a incompetência percebida pelos trabalhadores muitas vezes não é uma característica intrínseca deles, mas sim uma consequência das condições em que estão inseridos, uma vez que um ambiente de trabalho estressante, onde as metas são inatingíveis ou os recursos são escassos, faz com que os trabalhadores se sintam incapazes de cumprir suas tarefas de forma satisfatória, mesmo que sejam competentes. As condições de trabalho levam os trabalhadores a desenvolverem sentimentos de inadequação e incompetência, especialmente quando estão sujeitos a pressões excessivas, falta de apoio ou reconhecimento, e quando enfrentam situações de injustiça social. O sentimento de incompetência pode afetar a saúde mental dos trabalhadores, levando a sintomas como ansiedade, depressão e estresse crônico (DEJOURS, 2001), como relatado por Carolina.

É possível observar também que alguns docentes enfatizam a questão do conteúdo escolar como um fator gerador de tensão e estresse, com cargas extensas e difíceis de cumprir, além de disporem de pouco tempo para se apropriar de cada tema e planejar as aulas, o que também influencia na sensação de insatisfação com o trabalho desempenhado (BRAGA, 2015).

3.2. Os impactos do trabalho na vida pessoal dos professores

A sobrecarga de trabalho enfrentada pelos professores frequentemente tem impactos negativos que não se limitam às questões de saúde, mas se estendem a outros

aspectos da subjetividade desses trabalhadores e sua vida pessoal. Silva e Fischer (2020) descrevem como se dá a invasão da vida pessoal dos professores pelas demandas do trabalho, fenômeno que surge quando a vida privada é afetada diretamente, seja por restrições ou interferências impostas pelo trabalho. Trata-se de quando as atividades desejadas pelo indivíduo são impossibilitadas ou sofrem a interferência do trabalho, não se tratando apenas de restrições no trabalho, mas sim de uma vida prejudicada ou perturbada pelas dinâmicas de trabalho. Sobre a capacidade de conciliar a vida pessoal com o dia-a-dia de trabalho, Carolina afirma:

Acho que eu dedico muito tempo pro trabalho, né? É... Pensando bem, eu acho que a vida pessoal fica um pouco de lado. [...] Mas, de certa forma, eu tenho um tempo mais... um tempo livre, mais tranquilo, né? Eu tenho mais tempo livre. Mas, ao mesmo tempo, no tempo livre, eu dedico muito pras coisas da escola em si, sabe? Pensando bem, assim... Eu acabo usando muito do tempo livre, mais do que o que eu já recebo como horário de trabalho individual e livre. Eu acho que eu dedico muito tempo mesmo pro trabalho. Eu acho que até por isso que eu não vendo férias, porque aí nas férias eu tento desligar um pouco do trabalho. Não ficar pensando no que eu vou fazer, no que eu vou fazer para o ano seguinte, porque se não... Não descansa, né? Eu não descanso. (Carolina)

Há ainda o chamado “cansaço do professor”, que não decorre necessariamente do acúmulo de funções ou da escassez de tempo em si, mas se expressa na forma de uma fadiga resultante de uma série de adversidades que permeia a atividade laboral dos professores, esgotando-os, absorvendo sua energia e minando sua disposição (Silva e Fischer, 2020). O fenômeno pode ser identificado, em parte, nas entrevistas desta pesquisa, como na resposta de Natália ao ser questionada sobre o que gosta de fazer no seu tempo livre, na qual afirmou gostar de dormir, assim como Vitória, mas que também procura praticar atividade física para diminuir as dores musculares causadas pelo trabalho. Em contrapartida, outras entrevistadas se demonstraram bastante ativas no tempo livre, como Fernanda, que dedica a maior parte do tempo livre à militância política, Eliana, que gosta de encontrar amigos e familiares quando pode, e Gisele, que realiza trabalho voluntário relacionado à igreja que frequenta.

3.3. Os fatores de maior estresse identificados pelos questionários

Segundo Moreira e Rodrigues (2018), entre os anos de 1990 e 2001, o déficit de professores no Brasil chegava a 250 mil profissionais, principalmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, matérias que exigem maior dedicação e carga horária do docente. Ainda, há problemas como desconforto no ambiente de trabalho, afinal este é considerado por muitos como um local de muita tensão profissional, com inúmeras cobranças e relações competitivas entre os docentes, acarretando impactos negativos na saúde psicológica e física destes profissionais (Costa; Germano, 2007). Segundo Gasparini, Barreto e Assunção (2005), atualmente o papel do professor foi modificado, extrapolando o limite do ensino dos discentes, de maneira que este profissional é responsável também por garantir o contato entre a escola e a sociedade, participando ainda da gestão e do planejamento escolar. Portanto, sua dedicação e tempo de trabalho aumentaram consideravelmente, culminando na exaustão emocional e física apresentada por vários docentes. A percepção dessa mudança pode ser observada em uma fala da entrevistada Vitória, quando foi questionada se é abordada com assuntos da escola fora de seu horário de trabalho e por quais motivos:

Não é frequente, mas acontece. Principalmente de sexta... [...] É questionando qualquer tipo de coisa, ou se aconteceu alguma coisa com a criança, que a criança falou alguma coisa, ou que esqueceu alguma coisa, não veio tal coisa pra casa, se ficou na escola, se foi na bolsa de alguém, se machucou, ou o que aconteceu, o que ele reclamou, mas tudo isso. (Eliane)

Esta reestruturação de papéis iniciou-se nos anos 90, alavancada pelas reformas educacionais da América Latina, ampliando as responsabilidades dos professores e estudantes em nome de uma melhor estruturação do ensino. Porém, é visível que estas ações são colocadas em prática sem um ativo consenso entre os docentes, muitas vezes divergindo da realidade do dia a dia de cada profissional e prejudicando o trabalho e a saúde dos professores (Noronha; Assunção; Oliveira, 2008). Devido a todo esse cenário que se estabeleceu na educação brasileira, o afastamento de docentes por motivos relacionados à saúde, principalmente no âmbito emocional e psicológico aumentou. Questões de trabalho excessivo também são mencionadas em diversos estudos, com docentes necessitando estender seus horários de trabalho, seja na própria unidade

escolar ou já em suas residências, uma vez que o volume demandas exigidas é grande, e, portanto, há uma sobrecarga gerada pela pressão dos supervisores (Druck, 2013).

No trecho a seguir, retirado da entrevista de Natália, é notável este problema:

Tipo, o primeiro ano é umas fichas lá com oito, dez folhas por aluno que a gente tem que preencher todo o bimestre. Eu não consigo. Então eu acabo trazendo tudo pra casa. Aí a noite vai. Final de semana vai... (Natália).

A precarização do trabalho também afeta a saúde dos docentes, segundo a pesquisa de Dal Rosso (2008), sendo que aproximadamente 26% dos docentes do ensino público sentem que seu estado de saúde é afetado pelas más condições de trabalho, como analisaremos em seguida.

Vale destacar também que a remuneração dos docentes é uma problemática encontrada em diversos estudos, visto que a grande maioria desses trabalhadores relata receber um salário baixo comparado à quantidade de atividades que realizam e à formação que possuem. Pode-se destacar ainda que o salário do professor no Brasil é o menor quando comparado com outros locais da América Latina, mais um indicador dos motivos de exaustão profissional. Em vista desse problema, algumas unidades de ensino oferecem o chamado “plano de carreira”, que faculta ao docente a possibilidade de estudar e se especializar a fim de melhorar sua remuneração. Entre os professores entrevistados, foi possível observar que aqueles que buscam continuar se capacitando academicamente demonstraram alto grau de satisfação e realização com o seu trabalho, como no caso de Carolina, aluna de doutorado, que afirmou ao ser questionada sobre se sentir realizada:

Porque se eu não me sentisse tão realizada, se não fizesse tanto sentido para mim ser professora, eu não teria, como muitos professores não têm, a iniciativa de continuar estudando na área. Porque não mudaria muita coisa na prática, o tanto que eu estudo sobre educação. (Carolina)

Apesar disso, a insatisfação da maioria dos professores é um fator de descontentamento que leva ao estresse e, conseqüentemente, a outras doenças (Gomes; Nunes; Pádua, 2019).

As normas e condutas das escolas públicas no Brasil são norteadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, que visa a promoção da

igualdade e da facilidade de acesso da educação a todos, mantendo a qualidade de ensino para os discentes (Duarte; Gomes; Gotlib, 2019). Segundo relatos de Noronha, Assunção e Oliveira (2008), os ambientes precários das instalações escolares e a superlotação contribuem para os problemas de saúde que acometem os docentes, alavancando problemas de estresse. Outras situações são demonstradas quando se compara escolas públicas municipais e estaduais, sendo possível observar que as de administração municipal frequentemente têm infraestrutura mais precária (Assunção; Abreu, 2019). Segundo Damazio e Silva (2008), boa parte dos problemas estruturais relacionam-se aos locais em que as escolas são construídas, além da má utilização e distribuição dos espaços pela gestão escolar, afetando diretamente o currículo escolar e as atividades que devem ser desempenhadas. Além disso, muitos professores alegam que os materiais disponibilizados e, principalmente, a falta destes são causas da insatisfação com o trabalho, uma vez que os docentes necessitam de locais adequados, livros, bibliotecas, materiais impressos, laboratórios e/ou internet para trabalharem, cuja falta ou insuficiência afeta negativamente o desempenho profissional (Moreira; Rodrigues, 2018).

Para três dos entrevistados, os maiores problemas também se encontram na infraestrutura dos espaços oferecidos para as aulas, nos materiais disponibilizados e na falta de valorização dos docentes pela administração pública. Quando são questionados acerca de seus maiores incômodos em relação ao trabalho, obtemos relatos como o de Vitória:

Pomba. Pomba é o que mais me atrapalha. Por quê? A gente tem uma quadra que é coberta. Primeiro que o engenheiro que criou o projeto (...) devia ser preso, porque aquela quadra no calor, ninguém consegue ficar lá dentro. Mas as pombas eu acho que são o pior. Porque você tá dando aula, daí você tem que parar porque a pomba fez cocô na cabeça de alguém ou se não, por exemplo, eu vou fazer uma atividade, eu tenho que organizar atividade no vão do lugar que as pombas ficam pra ter menos incidência de cocô na cabeça das crianças. Ou, por exemplo, eu vou montar um tatame, eu tenho que ficar vendo onde eu vou montar, né? [...]. (Vitória)

Segundo Noronha, Assunção e Oliveira (2008) estes são contratempos comuns na maioria das unidades escolares brasileiras, com salas mal ventiladas, superlotadas e

com diversos problemas na infraestrutura geral, tornando o ambiente inadequado para a efetivação das aulas. Assim, o adoecimento destes profissionais é uma consequência esperada do cotidiano de trabalho que enfrentam diariamente, da alta carga emocional e intelectual que a docência exige e da cobrança constante que recebem de diversas frentes (administração, pais de alunos, sociedade civil), justificada pela importância do trabalho que desempenham. Esta prerrogativa é demonstrada também por Druck (2013), que disserta acerca da organização e do ambiente escolar, ressaltando que o ritmo de trabalho docente é fragilizado com condições precárias de trabalho, problemas estruturais e falta de materiais para as aulas, o que faz com que o profissional de educação precise realizar “malabarismos” para prosseguir com os conteúdos e realizar sua aula da maneira mais próxima do planejado.

Vitória relata ainda que muitas escolas municipais foram reformadas, porém tais reformas provocaram mais danos do que melhorias, na visão da entrevistada, com salas mais quentes, menores, falta de projetores e tomadas que não funcionam. Marcela considera que investimento financeiro que as escolas recebem, principalmente nas últimas duas décadas, com a criação e consolidação permanente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), não é utilizado e direcionado corretamente, uma vez que, mesmo quando é revertido em compra de materiais ou contratação de serviços, estes são frequentemente de má qualidade ou insuficientes. Ela relata problemas com os materiais disponibilizados, como giz e canetas de lousa de má qualidade, materiais básicos de trabalho, de maneira que frequentemente o docente se vê obrigado a adquirir com seu próprio dinheiro esses insumos, num esforço para conseguir cumprir com seu planejamento didático. Mesmo numa cidade de alto Índice de Desenvolvimento Humano como São Carlos (0,805, segundo o Censo 2010), com taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade de mais de 95% (Censo 2010), presença de universidades federal e estadual, as condições de infraestrutura do ensino básico se aproximam muito da precariedade observada no resto das escolas brasileiras. Assim, as condições de trabalho inadequadas não só prejudicam a qualidade do ensino oferecido como efetivamente provocam o adoecimento gradual dos seus profissionais.

Há ainda a questão da relação com os superiores. Neste sentido, Braga (2015) salienta situações nas quais o professor acaba por “tomar para si” e se envolver emocionalmente com os problemas do local de trabalho, sendo levados a assumir diversos papéis e funções que inicialmente não seriam próprias do profissional de

educação, mas que estes, frequentemente, consideram como sendo inevitável. Apesar disso, as evidências encontradas nesta pesquisa revelam que parte das entrevistadas consideram suas relações com os superiores e colegas de trabalho relativamente satisfatórias:

Eu considero boa. É lógico que sempre tem alguém que a gente não tromba. Alguéns, no caso. Mas é pontual, é bem pontual [...] Elas me dão bastante liberdade para trabalhar da forma como eu acredito. E nunca teve nenhum xabu, assim, então. (Vitória)

Em um mês ainda não tive problema com ela, já é um avanço. Então, porque o ano passado eu tive vários problemas com a direção, com o trabalho mesmo [...]. (Natália)

Eu tento fazer ser. Mas... eu acho que agora tá melhor. Mas não vejo muita... Ai, não sei, é difícil, né? É uma coisa muito velado, sabe? [...] Não existe conflito. Eu faço o que eu quero e você aceita. (Eliane)

Por outro lado, durante a observação empírica, foi possível observar tensões presentes nas relações com os estudantes. As situações de estresse foram observadas tanto na aula de educação física, que por ser de caráter mais dinâmico proporciona maior liberdade aos alunos, quanto na aula regular do professor Alan, na qual o mesmo demonstrou dificuldade em disciplinar seus estudantes. Gritos, brigas, desrespeito e indisciplina são comportamentos comuns entre os alunos. Todos os fatores aqui indicados, desde as dificuldades materiais, as demandas do trabalho, a desvalorização da profissão, até as dificuldades nas relações interpessoais com os estudantes, que configuram um quadro mais amplo de precarização do trabalho docente, contribuem para o sentimento de exaustão mental experienciado pela grande maioria dos entrevistados nesta pesquisa, assim como foi relatado nos questionários.

Esses indicadores corroboram com as causas identificadas pela pesquisa de Skaalvik e Skaalvik (2017) que podem levar à exaustão mental dos professores, como sobrecarga de trabalho, demandas emocionais, falta de recursos adequados e pressão por resultados. Os autores apontam também o papel do estresse – uma constante nas experiências dos entrevistados nesta pesquisa – na exaustão mental dos professores, uma vez que o frequente desafio de lidar com questões acadêmicas, administrativas e emocionais pode levar a um esgotamento progressivo. A exaustão mental, muitas vezes,

é parte de um ciclo de desgaste contínuo de professores que enfrentam altos níveis de estresse e exaustão, levando a dificuldades em se recuperar completamente, resultando em um ciclo de exaustão prolongada. Esse estado provoca diversas consequências negativas, como a diminuição do bem-estar emocional, desmotivação e dificuldades no desempenho profissional, de maneira que se fazem necessárias intervenções eficazes e apoio institucional para ajudar os professores a lidar com o problema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, foi possível observar que as condições de trabalho dos professores da rede municipal de educação básica de São Carlos-SP apresentam uma série de desafios que impactam diretamente em sua saúde mental. Os dados coletados revelaram uma realidade na qual o estresse, a carga emocional e a pressão percebida no ambiente escolar se mostram significativamente presentes na vida desses profissionais, como também evidenciam a importância crucial de compreender e abordar as condições laborais que impactam diretamente a saúde física e mental desses profissionais. Diversos estudos e relatos de professores sugerem que as altas demandas de trabalho, as condições precárias das instalações escolares e a pressão por resultados contribuem para problemas de saúde mental, como transtornos psíquicos, estresse e ansiedade. A sobrecarga de trabalho, a falta de recursos adequados e as condições inadequadas das escolas são apontadas como principais causas desses problemas.

Os resultados obtidos reforçam a necessidade urgente de ações concretas para melhorar as condições de trabalho dos professores, visando não apenas a promoção da saúde, mas também a prevenção de doenças físicas e mentais. É essencial que gestores, instituições educacionais e órgãos responsáveis pela formulação de políticas públicas reconheçam a gravidade da situação e atuem de forma efetiva para promover ambientes laborais mais saudáveis e seguros. É preocupante observar que a falta de reconhecimento e apoio por parte das instituições educacionais pode agravar ainda mais os problemas enfrentados pelos professores, contribuindo para o aumento do estresse, da ansiedade e do esgotamento profissional. Além disso, os resultados deste estudo destacam a necessidade de uma reflexão mais ampla sobre a valorização e o reconhecimento da profissão docente na sociedade, uma vez que os professores desempenham um papel fundamental na formação dos cidadãos e no desenvolvimento social, e é imprescindível que sejam valorizados e apoiados em sua jornada profissional.

Por fim, é importante ressaltar que esta pesquisa representa apenas uma pequena contribuição para a compreensão das complexas interações entre trabalho e saúde mental no contexto educacional. São necessárias investigações mais aprofundadas e políticas mais eficazes para enfrentar os desafios identificados e promover um ambiente de trabalho saudável e produtivo para os professores, contribuindo assim para a melhoria da qualidade da educação pública como um todo e para a qualidade de vida e trabalho desses profissionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C.; ALMEIDA, W. **Diálogos em sociologia do trabalho: a precariedade laboral do Brasil**. Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2021.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 212 f., 1995.

ASSUNÇÃO, A. A.; ABREU, M. N. S. Pressão laboral, saúde e condições de trabalho dos professores da Educação Básica no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00169517, 2019.

AZEVEDO, A. P. L.; LOPES, S. N.; LOPES, F. M. N. Precarização do trabalho docente na educação básica: causas e consequências/ Preaching of teaching work in basic education: causes and consequences. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 10, p. 19413–19428, 2019.

BATISTA, E.; MATOS, L.; NASCIMENTO, A. **A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, TRI III 2017. ISSN 1980-7031.

BRAGA, D. **Precarização do trabalho e seus impactos na saúde do trabalhador: os professores substitutos da UFES**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 183f., 2015.

CARDOSO, A. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro, Editora FGV/Faperj, 2010.

CASTEL, R. **Les métamorphoses de la question sociale**. Une chronique du salariat, Paris: Fayard, 1995.

COSTA, P. G.; GERMANO, A. **Afastamento dos professores de 5ª à 8ª séries da rede municipal de Ipatinga da sala de aula: principais causadores.** In: Anais do VI Congresso de Letras: Linguagem e Cultura. 2007.

DAL-ROSSO, S. **Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

DAMAZIO, M. S.; SILVA, M. F. P. O ensino da educação física e o espaço físico em questão. **Pensar a prática**, v. 11, n. 2, p. 189-196, 2008.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social.** Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

DELCOR, N. S.; ARAÚJO, T. M.; REIS, E. J.; PORTO, L. A.; CARVALHO, F. M.; SILVA, M. O.; BARBALHO, L.; ANDRADE, J. M. D. **Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, v. 20, n. 1, p. 187–196, 2004.

DO VALE, P. C. S., AGUILLERA, F. **Estresse dos professores de ensino fundamental em escolas públicas: uma revisão de literatura.** Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, v. 5, n. 1, 2016.

DRUCK, G. **A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores.** In: ANTUNES, R (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2013.

DUARTE, M. R. T.; GOMES, C. A. T.; GOTLIB, L. G. O. Condições de infraestrutura das escolas brasileiras: uma escola pobre para os pobres? **Education Policy Analysis Archives**, v. 27, p. 70-70, 2019.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores).

EHRENBERG, A. **O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa.** Aparecida -SP: Ideias & Letras, 2010.

FLICK, U. **Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes.** Porto Alegre: Penso, 2013.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade.** Rio de Janeiro: Artenova, 1984.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. Á. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 189–199, 2005.

GAULEJAC, V. **A gestão como doença social.** 2. ed. Ideias e Letras, 2007.

GOMES, L. **Trabalho multifacetado de professores/as: a saúde entre limites.** Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 127 f. , 2002.

GOMES, V. A. F. M.; NUNES, C. M. F.; PÁDUA, K. C. Condições de trabalho e valorização docente: um diálogo com professoras do ensino fundamental I. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 100, p. 277-296, 2019.

HARVEY, D. **Between space and time: Reflections on the geographical imagination.** *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 80, 1990.

INGERSOLL, R. M. Teacher turnover and teacher shortages: an organizational analysis. **American Educational Research Journal**, 38, no. 3, p. 499–534, 2001.

INGERSOLL, R. M. The teacher shortage: myth or reality? **Educational Horizons**, v. 81, n.3, p. 146–52, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental.** In: LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 8. ed. São Paulo: EPU, 2004.

MACHADO, A. M. **O processo de precarização do trabalho: estudo de caso do funcionalismo público**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo , 84 f., 2007.

MINHOTO, M. A. P.; VITORINO, A. M.; BOCK, K. C. S. **O adoecimento docente na rede pública municipal de educação de São Paulo**. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 15, e 81641. Outubro de 2021.

MOREIRA, D.; RODRIGUES, M. Saúde mental e trabalho docente. **Estudos da psicologia**. (Natal), Natal , v. 23, n. 3, p. 236-247, 2018 .

NORONHA, M. M. B.; ASSUNÇÃO, A. Á.; OLIVEIRA, D. A. O sofrimento no trabalho docente: o caso das professoras da rede pública de Montes Claros, Minas Gerais. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 6, n. 1, p. 65–86, mar. 2008.

OLIVEIRA, D.; JUNIOR, E. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Retratos Da Escola**, 14(30), 2021.

PASCHOAL, T.; TAMAYO, Á. Validação da escala de estresse no trabalho. *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 9, n. **Estudos de psicologia. (Natal)**, 2004 9(1), p. 45–52, jan. 2004.

RAMOS, M. Métodos quantitativos em ciências sociais: lógicas e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais. **Mediações**, v.18, n.1, 2013.

REIS, E. J. F. B., ARAÚJO, T. M., CARVALHO, F. M., BARBALHO, L., SILVA, M. O. Docência e exaustão emocional. **Educação e Sociedade**, 27 (94), p.229-253, 2006.

RIBEIRO, C. V. DOS S.; MANCEBO, D. O servidor público no mundo do trabalho do século XXI. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 1, p. 192–207, 2013.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. New York: W.W. Norton and Co, 1998.

SERAFIM, A. D. C., CAMPOS, I. C. M., CRUZ, R. M., RABUSKE, M. M. Riscos psicossociais e incapacidade do servidor público: um estudo de caso. **Psicologia: Ciência e profissão**, 32, 686-705, 2012.

SILVA, A. M., GOMES, T. A. M. DE M., MOTTA, V. C. Formas e tendências de precarização do trabalho docente e os influxos do empresariamento na educação. **Cadernos De Educação**, (63), 2020.

SILVA, J. P. DA .; FISCHER, F. M. Invasão multiforme da vida pelo trabalho entre professores de educação básica e repercussões sobre a saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 03, 2020.

SILVA-JUNIOR, J. S.; FISCHER, F. M. Afastamento do trabalho por transtornos mentais e estressores psicossociais ocupacionais. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, n. 4, p. 735–744, out. 2015.

SKAALVIK, E. M. SKAALVIK, S. Teacher stress and teacher self-efficacy as predictors of engagement, emotional exhaustion, and motivation to leave the teaching profession. **Creative Education**, p. 1785–1799, 2016.

SKAALVIK, E. M. SKAALVIK, S. Teacher stress and teacher self-efficacy: relations and consequences. In T. M. McIntyre, S. E. McIntyre, & D. J. Francis (Eds.), **Educator Stress: An Occupational Health Perspective**, p. 101-125, 2017.

SOUZA, A.; LEITE, M. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. Educ. Soc., 2011 32(117), 2011.

STANDING, G. **The precariat: the new dangerous class**. Londres: Bloomsbury Publishing, 2011.

TEIXEIRA, M. O.; RODRIGUES, H.; COELHO, E. D. **Precarização e terceirização: faces da mesma realidade**. Sindicato dos Químicos: São Paulo, 2016.

WANZINACK, C.; DOS SANTOS, J. K. L. Saúde docente: um estudo de caso nas escolas municipais de ensino fundamental do município de Matinhos–Paraná-Brasil. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, n. 17, 2017.

ZARAGOZA, J. M. E. **O mal-estar docente: a sala-de-aula e a saúde dos professores**. Tradução de Durley de Carvalho Cavicchia. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Participação em Pesquisa: Saúde mental e adoecimento psicológico dos(as) professores(as) da rede municipal de educação básica

Você está sendo convidado a participar da pesquisa de monografia de conclusão de curso "O MAL-ESTAR DOCENTE E O TRABALHO: o adoecimento mental e os impactos no trabalho dos professores da educação básica", desenvolvida pela aluna Olívia Borges Salustiano na graduação de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, sob a orientação da Profa. Dra. Aline Suelen Pires.

1. OBJETIVO: O objetivo da pesquisa é investigar a situação da saúde mental dos(as) professores(as) da rede de educação municipal de São Carlos-SP, assim como os impactos que o adoecimento mental tem no seu trabalho e vida pessoal através das percepções que os professores têm das condições de trabalho e do impacto do adoecimento no laboro e na vida pessoal.

2. MÉTODOS: A participação nesta pesquisa é completamente voluntária, de maneira que o participante não receberá nenhuma remuneração pela participação, como também não terá que arcar com nenhum custo. O único benefício pessoal a ser obtido é a oportunidade de contribuir para a pesquisa acadêmica no Brasil. A pesquisa consiste num questionário que pode ser respondido em até 10 minutos, onde as perguntas devem ser classificadas numa escala de 0 a 10, onde 0 significa "satisfatório" ou "discordo totalmente" e 10 representa "estressante" ou "concordo totalmente". Aqueles que desejarem poderão se inscrever para participar também das entrevistas presenciais.

3. ASPECTOS LEGAIS: A pesquisa é desenvolvida fora do âmbito da Prefeitura Municipal de São Carlos e não tem qualquer relação com a mesma, tendo sido utilizada apenas como meio para chegar aos servidores interessados em participar na pesquisa.

4. PRÉ-REQUISITOS: O pré-requisito para participação nesta pesquisa é somente ser professor(a) da rede municipal de educação, não havendo necessidade de possuir

nenhum diagnóstico médico. Professores(as) que estejam afastados do trabalho por quaisquer motivos também são bem-vindos a participar.

5. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Ao preencher este formulário, você estará manifestando interesse em participar desta pesquisa sob as condições aqui expressas. Caso tenha interesse em participar de uma entrevista presencial, de duração de cerca de 45 min - 1h, você deve preencher o último tópico com seus dados de contato, para posteriormente entrarmos em contato com os candidatos que se enquadrarem nos critérios para prospectar a participação, de acordo com a disponibilidade do participante.

Caso haja dúvidas quanto à participação na entrevista, a pesquisadora pode ser contatada pelos canais abaixo:

Telefone: (16) 99612-6092 / e-mail: olivia.salustiano@estudante.ufscar.br

Perguntas:

1. Cargo
2. Ano em que iniciou sua carreira na docência:
3. Unidade de Ensino:
4. Em meu trabalho há muita pressão
5. O tempo de que disponho para realizar meu trabalho é
6. Sinto que a valorização que recebo pelo meu trabalho é
7. A quantidade de trabalho que eu tenho que executar rotineiramente é
8. As perspectivas que tenho de crescimento na minha carreira são
9. Ter que me manter atualizado com as mudanças tecnológicas é
10. Os recursos dos quais disponho para realizar minhas atividades no trabalho são

11. A quantidade de horas seguidas que eu preciso trabalhar é
12. A minha relação com meus colegas de trabalho é
13. A minha relação com meus superiores é
14. Ter que lidar diariamente com a carga emocional e questões pessoais dos alunos é

15. Estar no meu ambiente de trabalho para mim é
16. Sinto-me desrespeitado em sala de aula
17. Sinto minha segurança ameaçada no meu trabalho
18. Sinto que há muita cobrança no meu trabalho, vinda de vários lugares
19. Me sinto mentalmente exausto(a)
20. Sinto que meu trabalho me adocece
21. Já apresentei ou apresento atualmente diagnóstico de doenças psiquiátricas
22. Acredito que esse adoecimento está relacionado com o meu trabalho como professor

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data:

Local da entrevista:

Tempo de aplicação:

Início:

Término:

A) PERFIL DO ENTREVISTADO (A)

1. Sexo:

masculino feminino

2. Cor/Raça (declaração do (a) entrevistado (a) a partir das categorias do IBGE):

branca preta amarela parda indígena

3. Idade:

4. Estado civil:

solteiro(a) separado(a) /divorciado(a) vive junto

casado (a) viúvo(a) outros _____

5. Tem filhos? Quantos?

nenhum um dois três quatro cinco ou mais

6. Grau de escolaridade?

1º grau incompleto

1º grau completo

2º grau incompleto

2º grau completo

superior incompleto

superior completo

pós-graduação

7. Onde nasceu? Estado e município.

8. Em que cidade mora e há quanto tempo reside no município?

9. Qual o seu tipo de moradia?

casa própria alugada outras (especificar)

10. Quantas pessoas moram em sua casa?

11. O/a Sr. (a) mora:

- () sozinho(a) () com parceiro(a)/cônjuge () com parceiro(a)/cônjuge e filhos
 () com os pais () com outros parentes () com colegas/república
 () outras situações (especificar)
12. Quantas pessoas contribuem no orçamento familiar?
13. Qual a renda familiar? (Pode ser em salários mínimos, caso o(a) entrevistado(a) não queira declarar o valor)
14. Qual sua renda média mensal? (pode ser em salários mínimos, caso o(a) entrevistado(a) não queira declarar o valor)
15. Realiza mais de um trabalho remunerado? Qual? Dois empregos como professora

B) TRAJETÓRIAS DE TRABALHO

B.1) TRAJETÓRIA

1. Coursou universidade? Qual o curso? Pós-graduação? Especialização?
2. Por que escolheu esse curso?
3. Fez outros cursos técnicos e/ou profissionalizantes após o fim dos estudos?
4. Quando e como decidiu que seria professor/a?
5. Sempre foi professor? Qual seu primeiro trabalho?
6. Que outros trabalhos já realizou antes do atual? (explorar tipos de vínculos)
7. Quando ingressou no cargo atual na Prefeitura?

B.2) CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO ATUAL

1. Qual é seu cargo/função?
2. Que atividades você realiza?
3. Conte como é um dia de trabalho. Há rotina?
4. A carga de trabalho varia? Quais são os fatores desta variação?
5. Trabalha em várias escolas? Concilia o cargo na prefeitura com outras atividades profissionais (de docência ou não)?
6. Recebe algum benefício como auxílios refeição e alimentação; assistência médica, odontológica e de medicamentos; auxílio escola; creche; vale transporte; seguro de vida, outros?
7. Você gosta do trabalho que faz? Quais são as vantagens e desvantagens (pontos positivos e negativos) do seu trabalho? O que gera prazer e sofrimento no seu trabalho para você?
8. Qual é seu horário de entrada e saída no trabalho? Esse horário é fixo ou varia?

9. Costuma levar trabalho pra casa depois do horário, em finais de semana e/ou feriados?
10. Quantas horas costuma trabalhar por dia?
11. Faz horas extras? Em que situação? Se faz horas extras, estas são remuneradas ou vão para um banco de horas?
12. Costuma atender telefonemas ou responder e-mails ou mensagens de trabalho quando está fora da empresa ou do horário de trabalho?
13. Como é a sua relação com os superiores? E com os colegas de trabalho?
14. Como é a relação com os estudantes? Quais as principais dificuldades?
15. Como avalia as condições de trabalho em termos de recursos e estrutura para trabalhar?
16. O que você mudaria no seu trabalho?

C) VIDA PESSOAL E SAÚDE

C.1) VIDA PESSOAL E SUBJETIVIDADE

1. Você costuma tirar férias? Você se recorda quando tirou férias pela última vez?
Quanto tempo ficou de férias?
2. Que tipo de atividades costuma realizar em seus momentos de descanso?
(Exercícios físicos, vai ao clube, à igreja, participa de atividades culturais e/ou políticas?
Joga futebol, visita parentes e amigos?)
3. Como você concilia seu trabalho com a vida pessoal?
4. Você se considera realizado profissionalmente? Por quê?

C.2) PERCEPÇÕES SOBRE A SAÚDE

1. Tem ou teve algum problema relacionado a sua saúde mental recentemente? Ex: episódios depressivos, crises de ansiedade, ataques de pânico, estresse emocional, etc.
2. Já foi diagnosticado com alguma doença psicológica? Ex: Depressão, ansiedade generalizada, síndrome do pânico, burnout, etc. TAG
3. Relaciona esse problema, de alguma forma, com seu trabalho?

4. Já precisou se afastar do trabalho em algum período em razão de algum problema de saúde? Qual? Por quanto tempo?
5. Faz uso contínuo de algum medicamento?
6. Considera seu trabalho estressante? O que o torna estressante? Se sim, o que faz para aliviar o stress? Há muita pressão? O que gera pressão?
7. Você se lembra de alguma situação no trabalho que o/a deixou particularmente nervosa/a ou estressado/a?
8. O ambiente de trabalho é agradável/saudável? Você se sente bem na empresa/no trabalho? (Explorar a questão da pressão, do relacionamento com os superiores e colegas, tipo de função exercida).
9. Você sente que o seu trabalho tem o reconhecimento que merece? (Pode falar tanto da parte financeira quanto de reconhecimento em um sentido mais amplo.)
10. Você se sente ameaçado ou inseguro no seu trabalho? Como se sente em relação à onda crescente recente de ataques violentos a escolas? Sente medo em ir trabalhar?